



# **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**

## **MANUAL PARA PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS**

**Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária**

**Realização: 30 de abril de 2012 às 15 horas**

## **S u m á r i o**

- 1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores**
  - 2. Informações Gerais sobre Assembléias Gerais**
    - 2.1 – Assembléia Geral Ordinária – AGO**
    - 2.2 – Assembléia Geral Extraordinária – AGE**
  - 3. Orientações para Participação nas Assembléias Gerais**
    - 3.1 – Acionistas**
    - 3.2 – Procuradores**
  - 4. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação**
  - 5. Informações Complementares sobre as Matérias a serem Apreciadas nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 30 de abril de 2012, 15h00min**
    - 5.1 – Assembléia Geral Ordinária – AGO**
- Anexo I - Relatório Anual dos Administradores com Declaração da Diretoria Relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria**
- Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes - DRS Auditores**
- Anexo III - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**
- Anexo IV - Destinação do Lucro Líquido**
- Anexo V - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia**
- Anexo VI - Currículos dos Candidatos Indicados para Administradores e as Informações Indicadas nos Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência**
- Anexo VII - Informações sobre a Remuneração dos Administradores**
  - 5.2 – Assembléia Geral Extraordinária – AGE**
- Anexo VIII - Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.09.2011 (Alteração do Art. 5º do Estatuto Social – Capital Social)**
- Anexo IX - Proposta do Conselho de Administração – Alteração Estatuto Social**
- Anexo X - Estatuto Social com Descrição da Atual Redação e da Redação Proposta**

**1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Diretor de Relações com Investidores**

Lajeado (RS), 21 de março de 2012.

Prezados Acionistas da Minupar Participações S/A.

É com satisfação que apresentamos o “Manual para Participação de Acionistas” em Assembléias Gerais da Companhia, contendo todas as informações a respeito das matérias constantes da Ordem do Dia das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente no dia 30 de abril de 2012 às 15h00min, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Aproveitamos o ensejo para convidá-los para participarem das referidas Assembléias Gerais, as quais serão realizadas na sede da Companhia, localizada na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS).

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia e estão descritos no Edital de Convocação publicado no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul (Porto Alegre-RS); jornal O Informativo do Vale (Lajeado-RS) e jornal Valor Econômico (São Paulo), edição nacional e estão disponíveis na página da rede mundial de computadores da Companhia, [www.minuano.com.br](http://www.minuano.com.br); da CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e BM&FBovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

O Manual em referência apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais às Assembléias Gerais, possibilitando aos Senhores participarem de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Desde já colocamo-nos à disposição para informações adicionais a respeito do assunto em foco.

Cordialmente.

Paulo Vicente Sperb  
Presidente do Conselho de Administração

Decio José Schnack  
Diretor de Relações com Investidores

## **2. Informações Gerais Sobre Assembléias Gerais**

As matérias relativas às Assembléias Gerais estão regulamentadas nos Arts. 121 a 137 da Lei 6404/76 e nos Arts. 15 a 17 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das Assembléias Gerais é realizada mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora de realização, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. A primeira convocação é realizada com antecedência mínima de 15 (quinze) dias e a segunda convocação com 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) do Capital Social com direito a voto e em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As Assembléias Gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por acionista indicado pelos presentes ou, na falta do Presidente do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os acionistas presentes.

### **2.1 Assembléia Geral Ordinária – AGO**

De acordo com a legislação vigente, as Sociedades por Ações devem realizar a Assembléia Geral Ordinária no decorrer dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, conforme determinado pela legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (i) Relatório Anual dos Administradores; (ii) Cópia das Demonstrações Financeiras; (iii) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (iv) Parecer dos Auditores Independentes; (v) Parecer do Conselho Fiscal, quando instalado e (vi) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no art. 133 da Lei 6404/76.

b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos. Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizada aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6404/76 e da Instrução CVM 481/2009.

c) Eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso. Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração, pessoas naturais, devendo os membros do Conselho de Administração ser acionistas e os diretores residentes no País, acionistas ou não.

Em Regime Extraordinário será proposta a alteração do Art. 19 do Estatuto Social, com o objetivo de permitir a eleição, para o Conselho de Administração, de qualquer pessoa natural, nos termos da redação atual do “caput” do Art. 146 da Lei 6404/76.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98, estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é 6% (seis por cento).

Observadas as condições previstas nos §§ 4º e 5º do art. 141 da Lei 6404/76, é facultado aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto, eleger, em votação em separado, um membro do Conselho de Administração.

A legislação dispõe que as sociedades por ações terão um Conselho Fiscal e o Estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76 e Estatuto Social, a instalação do Conselho Fiscal pode ser requerida por acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto. No entanto a CVM, através da Instrução CVM 324, de 19/12/2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia o Conselho Fiscal poderá ser instalado, por solicitação de acionistas que representarem, no mínimo, 6% (seis por cento) das ações ordinárias, com direito a voto.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de 3 (três) anos, cargo de administrador em empresa ou Conselho Fiscal.

Conforme previsto no art. 18, § 1º do Estatuto Social, cabe ainda à Assembléia Geral, fixar o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. A verba sendo votada de forma global caberá ao Conselho de Administração a sua individualização.

Até a data da convocação do primeiro anúncio, a Companhia disponibilizará aos acionistas a proposta de remuneração dos administradores, bem como as demais informações exigidas na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009.

## **2.2 Assembléia Geral Extraordinária - AGE**

A Assembléia Geral Extraordinária será convocada sempre que os interesses sociais o exigirem.

A Assembléia Geral Extraordinária que deliberar sobre a alteração do Estatuto Social, instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo do capital votante, podendo instalar-se em segunda convocação com qualquer número de acionistas presentes.

Para deliberar sobre as matérias elencadas no Art. 136 da Lei 6404/76, será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações com direito a voto.

### **3. Orientações para participação nas Assembléias Gerais**

#### **3.1 Acionistas**

Os acionistas da Companhia poderão participar das Assembléias Gerais comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto a respeito das matérias a serem votadas.

Para participar e votar nas referidas Assembléias os acionistas deverão observar o seguinte:

**(i)** Apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante.

**(ii)** Os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as Assembléias Gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, nacionalidade, residência, e a quantidade de ações de que forem titulares.

#### **3.2 Procuradores**

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento de firma do outorgante em tabelionato de notas e seus textos devem estar de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das Assembléias Gerais.

Conforme faculta o Art. 17 do Estatuto Social, visando dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das Assembléias Gerais, a comprovação de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério da administração, ser solicitados para que sejam depositados com antecedência de, pelo menos, 48 horas antes da previsão de realização das Assembléias Gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço [diretoria@minuano.com.br](mailto:diretoria@minuano.com.br) ou, alternativamente pelo fax (51) 3714.9412.

O endereço da sede da Companhia para o envio dos documentos é:  
Minupar Participações S/A. – Relações com Investidores  
Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão  
CEP 95900-000 – LAJEADO (RS)

#### **4. Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação**

O Aviso aos Acionistas e Edital de Convocação para as Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, de que tratam os Arts. 124 e 133 da Lei 6404/76, respectivamente, a serem realizadas no dia 30 de abril de 2012 será publicado nas edições de 28, 29 e 30 de março de 2012, nos jornais “O Informativo do Vale”, (Lajeado-RS), “Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio” (Porto Alegre-RS) “Valor Econômico” (São Paulo-SP), edição Nacional.

### **A V I S O**

Comunicamos aos acionistas que se encontram à sua disposição, em nossa sede social, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, Lajeado (RS), os documentos a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

### **ASSEMBLÉIA GERAL – CONVOCAÇÃO**

Convidamos os acionistas a se reunirem em Assembléia Geral, no dia 30 de abril de 2012, às 15h00min, na sede da Companhia, na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), a fim de deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**:

#### **(1) Em Regime Ordinário:**

- a** – Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2011;
- b** – Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração e
- c** – Fixar a remuneração global dos administradores.

#### **(2) Em Regime Extraordinário**

- a** – Ratificar a homologação do aumento de capital nos termos deliberados na Reunião do Conselho de Administração do dia 28.11.2011, alterando em decorrência o Art. 5º do Estatuto Social.
- b** – Alterar a redação do Art. 19 do Estatuto Social, com o objetivo de permitir a eleição, para o Conselho de Administração, de qualquer pessoa natural, nos termos da redação atual do Art. 146 da Lei 6404/76.
- c** – Alterar para 1.500.000.000 (hum bilhão e quinhentos milhões) de ações o limite autorizado para o aumento do Capital Social da Companhia e conseqüente alteração da redação do Art. 6º do Estatuto Social.
- d** – Consolidação do Estatuto Social

#### **Instruções Gerais:**

**(i)** Para participar e votar nas referidas Assembléias os acionistas, seus representantes legais ou procuradores deverão observar as disposições previstas no Art. 126 da Lei 6404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. Conforme faculta o disposto no art. 17 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar a procuração na sede da Companhia, com até 48 horas de antecedência da realização das Assembléias.

**(ii)** É facultado aos acionistas detentores de, no mínimo, 6% (seis por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membro do Conselho de Administração, conforme disposto no Art. 141 da Lei 6404/76 e na Instrução Normativa CVM nº 165/91 alterada pela nº 282/98.

**(iii)** Informações complementares sobre as matérias a serem tratadas em Assembléia, encontram-se disponíveis no site da Companhia, [www.minuano.com.br](http://www.minuano.com.br); da CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e BM&F Bovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

Lajeado (RS), 27 de março de 2012.

PAULO VICENTE SPERB - Presidente do Conselho de Administração

## **5. Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária de 30 de abril de 2012.**

Todos os documentos relativos à Ordem do Dia das Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, [www.minuano.com.br](http://www.minuano.com.br); da CVM, [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) e BM&FBovespa, [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br).

### **5.1 Assembléia Geral Ordinária – AGO**

**(a)** Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Independentes, e demais documentos referentes ao exercício social findo em 31.12.2011.

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela DRS Auditores, foram apreciadas pelos membros do Conselho de Administração, que as consideraram em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas no dia 27 de março de 2012 e serão publicados nos jornais “Informativo do Vale” (Lajeado-RS); Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul – Caderno Indústria e Comércio (Porto Alegre-RS) até 05 (cinco) dias antes da realização da Assembléia Geral, segundo determina a Lei 6404/76.

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia está disponibilizando os comentários dos administradores, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

**(b)** Eleger, com mandato de 1 ano, os membros do Conselho de Administração.

Poderão ser eleitos para compor o Conselho de Administração pessoas naturais, acionistas, residentes no País. O Conselho de Administração é composto de, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, o Presidente e até 2 vice-presidentes serão eleitos pelos seus membros. O mandato dos conselheiros é de 1 (hum) ano, podendo ser reeleitos.

Em Regime Extraordinário será proposta a alteração do Art. 19 do Estatuto Social, com o objetivo de permitir a eleição, para o Conselho de Administração, de qualquer pessoa natural, nos termos da redação atual do “caput” do Art. 146 da Lei 6404/76.

É facultado aos acionistas com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do Conselho, é reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembléia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

O exercício do processo de voto múltiplo está regulado pela Instrução CVM nº 165/91, alterada pela Instrução CVM nº 282/98 estabelecendo uma escala que varia de acordo com o Capital Social. Na Companhia este percentual é de 6% (seis por cento).

**(c)** Fixar a Remuneração Global dos Administradores.

De acordo com a determinação da Lei 6404/76 e § 2º do art. 18 do Estatuto Social, cabe à Assembléia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Será submetida à Assembléia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2012, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais). Cabe ao Conselho de Administração, em reunião específica, proceder a individualização da remuneração dos administradores.

**Anexo I** – Relatório Anual dos Administradores – 2011, com Declaração da Diretoria relativa aos Auditores Independentes, Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria

**Anexo II** – Parecer dos Auditores Independentes – DRS Auditores

**Anexo III** – Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

**Anexo IV** – Destinação do Lucro Líquido

**Anexo V** – Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia

**Anexo VI** – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

**Anexo VII** – Informações sobre a Remuneração dos Administradores

**5.2 – Assembléia Geral Extraordinária – AGE**

**(a)** Alterar a redação do Art. 5º do Estatuto Social – valor do Capital Social, quantidade de ações emitidas, considerando a deliberação do Conselho de Administração de 28.09.2011.

Em 28.09.2011 o Conselho de Administração deliberou a homologação do aumento do Capital Social da Companhia, deliberado pela RCA realizada em 28.06.2011, de R\$ 49.106.800,00 para R\$ 83.593.000,00, composto por 507.150.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, em decorrência da subscrição da totalidade das 101.430.000 ações, todas Ordinárias, sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,34, cada ação, integralizadas no ato da subscrição, de acordo com o Relatório de Subscrição elaborado pela instituição depositária das ações – Itaú-Unibanco S/A., cabendo a AGE, que vier a ser convocada oportunamente alterar a redação do art. 5º do Estatuto Social.

Considerando a deliberação do Conselho de Administração acima referida, será proposta a alteração da redação do Art. 5º do Estatuto Social para: *“Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 83.593.000,00 (oitenta e três milhões, quinhentos, noventa e três mil reais), representado por 507.150.000 (quinhentas e sete milhões, cento e cinquenta mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal”.*

Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 49.106.800,00 (quarenta e nove milhões cento e seis mil e oitocentos reais) representado por 405.720.000 (quatrocentas e cinco milhões e setecentas e vinte mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.	Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 83.593.000,00 (oitenta e três milhões, quinhentos, noventa e três mil reais) representado por 507.150.000 (quinhentas e sete milhões, cento e cinquenta mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.
--	--

**(b)** Considerando deliberação do Conselho de Administração de 21.03.2012 será proposta a alteração do limite para aumento do Capital Social de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações para 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações, todas Ordinárias Nominativas, sem valor nominal e consequente alteração da redação do Art. 6º do Estatuto Social para: *“Artigo 6º - A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independente de reforma estatutária, até o limite de 1.500.000.000 (Um bilhão e quinhentas mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal”.*

Artigo 6º - A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (Hum bilhão) de ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.	Artigo 6º - A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independente de reforma estatutária, até o limite de 1.500.000.000 (Hum bilhão e quinhentas mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.
---	---

**(c)** Considerando deliberação do Conselho de Administração de 21.03.2012 será proposta a alteração do Art. 19 do Estatuto Social, com o objetivo de permitir a eleição, para o Conselho de Administração, de qualquer pessoa natural, nos termos da redação atual do “caput” do Art. 146 da Lei 6404/76, passando a ser a seguinte: *“Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) a 9 (nove) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral”.*

Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os acionistas da companhia. § Único - O presidente e até dois vice-presidentes do Conselho de Administração serão eleitos entre e pelos seus membros.	Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) a 9 (nove) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral. § Único - O presidente e até dois vice-presidentes do Conselho de Administração serão eleitos entre e pelos seus membros.
---	---

**Anexo VIII** – Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 28.09.2011.

**Anexo IX** – Proposta alteração Art. 6º e 19 do Estatuto Social.

**Anexo X** – Estatuto Social com Descrição da Atual Redação e da Redação Proposta

## Anexo I - Relatório da Administração

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Mensagem aos Acionistas,

É com satisfação que estamos publicando o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. e sua Controlada Companhia Minuano de Alimentos, referentes ao exercício de 2011. O faturamento da Companhia apresentou significativo crescimento neste ano, quando comparado com o ano de 2010, superando os 49%. Este crescimento está diretamente relacionado à retomada ocorrida ainda no ano de 2010, dos abates de frango, realizados na unidade de Passo Fundo (RS), cujo volume de faturamento, quando comparado com o ano de 2010, é superior em sete vezes. Outro fator que deve ser salientado é o crescimento ocorrido nas vendas de embutidos/industrializados de carnes, que obteve um crescimento em faturamento da ordem de 32%, e em volume vendido de 24%.

Com o crescimento da participação da produção de embutidos/industrializados, bem como com a retomada dos abates próprios de aves, a composição da receita de sua Controlada – Companhia Minuano de Alimentos sofreu uma sensível mudança em sua composição, aonde a produção e comercialização de produtos com marca própria representam 64% de toda a receita, ficando a prestação de serviços a terceiros com 36% de participação. No ano de 2010, tais participações foram de 49% e 51% respectivamente.

No âmbito estratégico, a Companhia realizou uma reestruturação na condução da gestão do negócio no ano de 2011. Foram contratados novos executivos para atuação nas operações da Controlada, e um novo Conselho de Administração, composto por membros de larga experiência no *agribusiness*. Além disso, ficou definida que a “visão” da Companhia é se transformar na principal fornecedora de alimentos da região sul. Esta nova estrutura tem como seu principal desafio, além de buscar a “visão”, dar continuidade na consolidação de mudanças e na busca de soluções que visem o aumento de produtividade e competitividade nos mercados interno e externo, oferecendo produtos de qualidade a preços compatíveis, excelência na prestação de serviço na parceria (BRF), geração de resultados que contribuam para redução do passivo o que irá permitir uma melhor adequação à capacidade de caixa da Companhia.

No ano de 2011, ocorreu uma nova emissão de ações, onde foram emitidas 101.430.000 ações, que culminaram no aumento de capital social para R\$ 83.593.000. Grande parte destes recursos foram utilizados para adequação de passivos, liquidação de dívidas, além de atender as demandas relacionadas à expansão dos negócios. As exitosas operações de capitalização ocorridas em 2010 e 2011, aliadas a resultados positivos gerados pela Controlada – Companhia Minuano de Alimentos, contribuíram para a reversão do patrimônio líquido que até o ano de 2010 apresentava um saldo negativo de R\$ 5.262M, para R\$ 16.705M ao final de 2011.

As demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As informações monetárias são apresentadas em R\$/mil (milhares de reais).

As informações a seguir foram embasadas: (1) nas Demonstrações Contábeis auditadas e respectivas Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as quais foram elaboradas em conformidade com a legislação societária e as práticas contábeis ora adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e (2) em resultados, informações e relatórios internos da Companhia e/ou empresa Controlada, bem como, naqueles obtidos em fontes externas.

**Desempenho Operacional Consolidado**

Controlada Companhia Minuano de Alimentos.

	Mercado Interno		Mercado Externo		Total	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Produção Marca Própria</b>						
Ovos (Cx)	73.722	73.525	-	14.564	73.722	88.089
Industrializados de Carnes (ton)	5.663	4.189	10.249	8.629	15.912	12.817
Ovos Líquidos (ton)	246	279	-	-	246	279
Carne de Aves (ton)	1.854	83	22.260	5.385	24.114	5.468
CMS e Farinhas (ton)	1.955	1.659	1.296	3.450	3.251	5.109
<b>Produção para Terceiros</b>						
Aves abatidas (cabeças-mil)	38.573	46.616	-	-	38.573	46.616
Produção Rações (ton)	246.553	212.818	-	-	246.553	212.818
Produção Pintos (un-mil)	55.929	55.671	-	-	55.929	55.671
<b>Receita Bruta – R\$ mil</b>						
Ovos	2.958	3.635		844	2.958	4.479
Industrializados de Carnes	19.679	13.839	27.847	22.141	47.526	35.980
Ovos Líquidos	801	792			801	792
Carne de Aves	9.828	56	62.341	8.402	65.371	8.458
CMS e Farinhas	7.350	10.579	1.067	2.796	8.417	13.375
Serviços Prestados Terceiros	63.265	67.705			70.153	67.705
Outros Faturamentos	215				215	-
<b>Total Receita Bruta – R\$ mil</b>	<b>104.095</b>	<b>96.606</b>	<b>91.345</b>	<b>34.183</b>	<b>195.440</b>	<b>130.789</b>
<b>Total Receita Líquida – R\$ mil</b>	<b>90.507</b>	<b>85.164</b>	<b>91.345</b>	<b>34.183</b>	<b>181.852</b>	<b>119.347</b>

A Receita Líquida obtida no ano de 2011 sofreu um incremento da ordem de 52%, quando comparada ao ano de 2010. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 181MM, sendo que no ano de 2010, este valor fora de R\$ 119MM. Este crescimento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionado diretamente à retomada dos abates próprios. Os custos de produção, e o resultado bruto, mantiveram-se nos mesmos níveis percentuais quando comparado a 2010.

As despesas com vendas representam 8,52% sobre a receita líquida (em 2010 foram de 6,1%), devido o aumento das exportações no período, com maior incidência do frete marítimo. Já as despesas administrativas correspondem a 6,98% sobre a receita líquida (2010 foram de 14,7%). A redução percentual se justifica pela estabilização do custo administrativo e aumento da receita.

**Resultado Líquido antes dos Impostos**

O resultado líquido, antes dos impostos, foi de (R\$15.534M). Quando compara com o ano de 2010 (R\$ 21.299M), houve uma geração positiva de resultados na ordem de R\$ 5.765M. Esta melhoria está relacionada a melhor gestão dos gastos da Companhia e da Controlada.

**Fato Relevante**

Em 10 de agosto de 2011, a Companhia celebrou um Protocolo de Intenções com a Agostinho Carrer Participações Ltda., controladora do Frigorífico Nova Araçá Ltda., objetivando estabelecer as condições iniciais para uma possível integração operacional e societária das empresas envolvidas. Em 12 de dezembro de 2011, a Controlada Companhia Minuano de Alimentos firmou acordo operacional com o Frigorífico Nova Araçá Ltda., visando a utilização, pela Minuano de toda a estrutura operacional do Frigorífico Nova Araçá, com o objetivo de atingir a capacidade de produção de 100 mil toneladas/ano de carnes de frango e suíno *in natura*, bem como de industrializados. Os resultados econômicos deste acordo operacional serão percebidos ao longo de 2012.

### **Perspectivas.**

Considerando os fatos acima, a Companhia prevê um horizonte de crescimento sustentável ao longo do tempo, pois, a manutenção das operações com o mercado externo, verificados nos contratos para embarques das linhas de produtos industrializados, aliado a manutenção de contratos de parceria com a BRF, e incremento gradual das operações próprias na linha de produtos de carne de aves até atingir a capacidade plena, sinalizam um novo patamar de faturamento na Controlada Companhia Minuano de Alimentos.

No decorrer do ano de 2012 as ações de reestruturação continuarão ocorrendo objetivando atingir o fortalecimento da estrutura patrimonial e de capitais da Companhia, com foco estratégico na visão de se transformar na principal empresa regional de alimentos. A administração entende que o momento é favorável a essa retomada e tem plena confiança na estratégia adotada.

### **Recursos Humanos**

O quadro de funcionários passou de 2.370 em dezembro de 2010 para 2.605 em dezembro de 2011, resultante do incremento das operações próprias da controlada Companhia Minuano de Alimentos.

### **Mercado de Capitais**

Em setembro de 2011, o Conselho de Administração, homologou o aumento do Capital Social, deliberado pela RCA realizada em 28 de junho de 2011 de R\$ 49.106.800,00 para R\$ 83.593.000,00 mediante a emissão particular de 101.430.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 0,34 (trinta e quatro centavos de Real). No transcorrer do ano de 2011, as ações da Companhia estiveram presentes nos 249 pregões realizados pela Bovespa, registrando um volume de negociações de 417,3MM de ações, totalizando R\$ 135,7MM.

### **Relacionamento com os Auditores Externos**

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003, informamos que a Companhia tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer dos exercícios de 2011 e 2010 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e sua Controlada.

### **Declaração da Administração**

Em atendimento ao disposto na Instrução CVM 480/2009, os administradores declaram que revisaram e analisaram as Demonstrações Financeiras e que concordam com as mesmas, bem como com as opiniões expressas no Parecer dos Auditores Independentes.

### **Agradecimentos**

Manifestamos nossos agradecimentos pelo apoio e confiança recebidos de nossos acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a dedicação de nosso quadro de colaboradores.

Lajeado (RS), 21 de março de 2012.

A Administração

## **Anexo II - Parecer dos Auditores Independentes**

### **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Aos**  
**Diretores e Acionistas da**  
**MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.**  
**Lajeado - RS**

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas**

Em 29/06/2011 a controlada Companhia Minuano de Alimentos teve consolidado o parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, sendo que a mensuração dos valores apurados pela Receita Federal do Brasil resultou em uma divergência a maior aproximada de R\$ 57.000 mil, em relação aos registros contábeis da controlada, atualizados para 31/12/2011 (Nota 21). Contudo, diante do Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, a Receita Federal do Brasil revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009, determinando a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal. Ato contínuo a controlada requereu o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo, bem como o reconhecimento de compensações de débitos fiscais efetuadas anteriormente. Desta forma, a exata mensuração dos valores do citado parcelamento, depende dos efeitos decorrentes do contido no citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e no Requerimento da Controlada. Nas demonstrações contábeis individuais, os efeitos de eventuais ajustes na controladora

seriam refletidos nos grupos de investimentos (Ativo), Equivalência Patrimonial (Resultado do Exercício) e Patrimônio Líquido, através da remensuração da participação da controladora com base no método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas os efeitos de eventuais ajustes na seriam refletidos em Impostos, Taxas e Contribuições (Passivo Circulante e Não Circulante) e Despesas/Receitas Operacionais e Financeiras (Resultado do Exercício).

#### **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas que poderão repercutir na avaliação do investimento da controlada, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis consolidadas**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil

#### **Ênfase**

Conforme descrito na nota explicativa 3.1.2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A. “Companhia”**, essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

A controlada Companhia Minuano de Alimentos possui registrado no Ativo o montante de R\$ 37.364 mil, referente a crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação), sobre o qual decorrem os seguintes fatos: a) apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal (nota 20); b) A Controlada utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.386. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos; c) Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

Como conseqüência do assunto acima mencionado, as demonstrações contábeis foram elaboradas no pressuposto da manutenção do direito obtido judicialmente, e não contemplam quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou passivos que possam ser requeridos em decorrência do citado Despacho Decisório DRF/SCS nº 168/2011 e da solicitação de restabelecimento da habilitação do crédito tributário.

Em 2009, a Companhia e suas controladas optaram em incluir parte do passivo tributário no parcelamento previsto na Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09, sendo que a

mensuração dos valores definitivos incluídos na nova modalidade de parcelamento encontra-se pendente de realização por parte dos órgãos fiscalizadores. Assim sendo, as demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes que porventura venham a ser requeridos por ocasião da consolidação definitiva do referido débito fiscal.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31/12/2011 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e de suas controladas, o que dependerá substancialmente, dos constantes esforços na reversão de prejuízos, geração de caixa e no sucesso do programa de saneamento implementado pelas empresas, bem como, na manutenção do parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009 e Medida Provisória 470/2009, convertida na Lei nº 12.249/09. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes para a realização dos ativos ou cumprimento de obrigações adicionais que poderiam ser requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

##### **Demonstrações contábeis individuais**

A Companhia Minuano de Alimentos elaborou um conjunto completo de demonstrações contábeis individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, contendo opinião com ressalva sobre o assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e a mesmas ênfases relativas a controlada, com data de 21 de março de 2012.

Porto Alegre (RS), 21 de março de 2012.

**DRS Auditores**  
**CRC-RS nº 4.230**

**Roberto José Fidryszewski**  
**CRC/RS 36.593**  
**Sócio Responsável**

**Marcos Antônio Costa de Almeida**  
**CRC/RS 68.539**  
**Sócio**

**Anexo III - Demonstrações Contábeis Referentes aos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

**Balanco Patrimonial**

(Em milhares de Reais)

**ATIVO**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>2011</u></b>	<b><u>2010</u></b>	<b><u>2011</u></b>	<b><u>2010</u></b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>8.517</b>	<b>2.611</b>	<b>65.126</b>	<b>34.858</b>
Disponibilidades	1	13	553	859
Clientes	-	-	21.347	7.102
Estoques	-	-	18.734	7.218
Impostos a Recuperar	-	-	13.829	16.143
Adiantamentos a Fornecedores	-	-	1.874	717
Partes Relacionadas	8.516	2.598	8.516	2.598
Outras Contas a Receber	-	-	273	221
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>18.390</b>	<b>5.899</b>	<b>209.788</b>	<b>172.282</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>10.524</b>	<b>5.899</b>	<b>76.860</b>	<b>42.390</b>
Partes Relacionadas	10.518	5.899	40.558	5.584
Impostos a Recuperar	-	-	34.379	35.226
Depósitos Judiciais	6	-	1.205	970
Outras Contas a Receber	-	-	718	610
<b>Investimentos</b>	<b>7.866</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Ativos Biológicos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>197</b>	<b>277</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>132.536</b>	<b>129.402</b>
<b>Intangível</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>195</b>	<b>213</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>26.907</b>	<b>8.510</b>	<b>274.914</b>	<b>207.140</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis.

## Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>901</b>	<b>864</b>	<b>108.727</b>	<b>92.578</b>
Fornecedores	-	-	26.907	15.052
Fornecedores de Ativo Fixo	-	-	6.331	6.844
Instituições Financeiras	-	-	26.717	22.269
Impostos, Taxas e Contribuições	732	775	27.300	32.987
Salários a Pagar e Provisões	169	89	7.705	7.433
Adiantamentos de Clientes	-	-	4.451	2.150
Obrigações a Pagar por Contratos	-	-	-	42
Impostos Diferidos	-	-	454	454
Saques negociados	-	-	2.102	314
Faturamento antecipado	-	-	2.507	1.257
Títulos descontados	-	-	690	923
Outras Contas a Pagar	-	-	3.563	2.853
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>9.313</b>	<b>12.881</b>	<b>149.482</b>	<b>119.824</b>
Fornecedores de Ativo Fixo	-	-	-	4.501
Instituições Financeiras	-	-	6.280	8.965
Impostos, Taxas e Contribuições	311	233	74.633	77.405
Obrigações a Pagar por Contratos	-	-	4.836	4.836
Provisão para Perdas Investimentos	-	12.646	-	-
Provisão para Contingências	-	-	5.185	3.122
Partes Relacionadas	9.002	2	39.743	2.927
Impostos Diferidos	-	-	15.579	16.033
Outras Contas a Pagar	-	-	3.226	2.035
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>16.693</b>	<b>(5.235)</b>	<b>16.705</b>	<b>(5.262)</b>
<b>Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores</b>	<b>16.693</b>	<b>(5.235)</b>	<b>16.692</b>	<b>(5.235)</b>
Capital Social	83.593	49.107	83.593	49.107
Reserva de Reavaliação	3.666	3.871	3.666	3.871
Ajuste de Avaliação Patrimonial	46.768	47.622	46.767	47.622
Prejuízos Acumulados	(115.485)	(104.050)	(115.485)	(104.050)
Outros Resultados Abrangentes	(1.849)	(1.785)	(1.849)	(1.785)
<b>Participação de Acionistas Não Controladores</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>(27)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>26.907</b>	<b>8.510</b>	<b>274.914</b>	<b>207.140</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das Demonstrações Contábeis

## Demonstração do Resultado

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	-	-	<b>181.852</b>	<b>119.347</b>
Custo dos Produtos Vendidos	-	-	(168.867)	(109.948)
<b>LUCRO BRUTO</b>	-	-	<b>12.985</b>	<b>9.399</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>(12.452)</b>	<b>(30.055)</b>	<b>(19.735)</b>	<b>(15.430)</b>
De Administração	(2.537)	(1.607)	(11.785)	(18.140)
De Vendas	-	-	(15.493)	(7.324)
Outras Despesas Operacionais	(56)	(132)	(7.703)	(4.176)
Outras Receitas Operacionais	-	-	15.246	14.210
Resultado da Equivalência Patrimonial	(9.859)	(28.316)	-	-
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(12.452)</b>	<b>(30.055)</b>	<b>(6.750)</b>	<b>(6.031)</b>
Despesas Financeiras	(89)	(249)	(16.086)	(22.852)
Receitas Financeiras	7	-	7.302	7.584
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(30.304)</b>	<b>(15.534)</b>	<b>(21.299)</b>
Contribuição Social Diferida	-	-	790	(2.399)
Imposto de Renda Diferido	-	-	2.194	(6.664)
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(30.304)</b>	<b>(12.550)</b>	<b>(30.362)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À</b>				
Participação dos Acionistas Não Controladores	-	-	(16)	(58)
Participação dos Acionistas Controladores	-	-	(12.534)	(30.304)
<b>TOTAL DAS PARTICIPAÇÕES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	-	-	<b>(12.550)</b>	<b>(30.362)</b>
<b>Prejuízo por ação (Básico e Diluído) - R\$</b>	<b>(0,0247)</b>	<b>(0,0747)</b>	-	-

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

<u>DESCRIÇÃO</u>	(Em milhares de Reais)						<u>Participação de Acionistas não Controladores</u>	<u>Patrimônio Líquido Total</u>
	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva Reavaliação</u>	<u>Ajuste de Avaliação Patrimonial Reflexa</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Outros Resultados Abrangentes</u>	<u>Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores</u>		
<b>SALDOS EM 31.12. 2009</b>	<b>9.694</b>	<b>4.021</b>	<b>46.751</b>	<b>(74.927)</b>	<b>764</b>	<b>(13.697)</b>	<b>(679)</b>	<b>(14.376)</b>
<b>Aumento de Capital</b>								
Integralização de Capital	39.413	-	-	-	-	39.413	-	<b>39.413</b>
Varição de participação sobre operações reflexas			1.506	1.031	(2.549)	(12)		<b>(12)</b>
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa		(150)		150		-		-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial			(635)			(635)		<b>(635)</b>
Prejuízo Líquido do Exercício				(30.304)		(30.304)	652	<b>(29.652)</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2010</b>	<b>49.107</b>	<b>3.871</b>	<b>47.622</b>	<b>(104.050)</b>	<b>(1.785)</b>	<b>(5.235)</b>	<b>(27)</b>	<b>(5.262)</b>
<b>Aumento de Capital</b>								
Por Subscrição	34.486	-	-	-	-	34.486	-	<b>34.486</b>
Varição de participação sobre operações reflexas		-	-	55	(64)	(9)	-	<b>(9)</b>
Ajuste de Reserva de Reavaliação Reflexa		(205)		205		-	-	-
Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial			(855)	855		-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício				(12.550)		(12.550)	40	<b>(12.510)</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2011</b>	<b>83.593</b>	<b>3.666</b>	<b>46.767</b>	<b>(115.485)</b>	<b>(1.849)</b>	<b>16.692</b>	<b>13</b>	<b>16.705</b>

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das Demonstrações Contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO E SUA DISTRIBUIÇÃO**

(Em milhares de Reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b><u>2011</u></b>	<b><u>2010</u></b>	<b><u>2011</u></b>	<b><u>2010</u></b>
<b>RECEITAS</b>	-	-	<b>203.579</b>	<b>129.043</b>
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	-	-	195.440	128.626
Outras receitas	-	-	8.544	542
Provisão / Reversão para créditos liquidação duvidosa	-	-	(405)	(125)
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(1.687)</b>	<b>(1.066)</b>	<b>(126.079)</b>	<b>(67.872)</b>
Custo de produtos, mercadorias e serviços vendidos	-	-	(76.983)	(38.094)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.687)	(1.066)	(49.096)	(29.778)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(1.687)</b>	<b>(1.066)</b>	<b>77.500</b>	<b>61.171</b>
<b>DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	-	-	<b>(5.198)</b>	<b>(6.561)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>	<b>(1.687)</b>	<b>(1.066)</b>	<b>72.302</b>	<b>54.610</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(9.852)</b>	<b>(28.316)</b>	<b>7.302</b>	<b>11.074</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(9.859)	(28.316)	-	-
Receitas Financeiras	7	-	7.302	1.706
Benefícios tributários	-	-	-	8.902
Outras	-	-	-	466
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(11.539)</b>	<b>(29.382)</b>	<b>79.604</b>	<b>65.684</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>(11.539)</b>	<b>(29.382)</b>	<b>79.604</b>	<b>65.684</b>
<b>Remuneração do Trabalho</b>	<b>711</b>	<b>451</b>	<b>52.812</b>	<b>43.849</b>
Remuneração direta	694	420	40.504	35.419
Benefícios	-	-	7.513	5.132
FGTS	17	31	4.795	3.298
<b>Remuneração do Governo</b>	<b>157</b>	<b>182</b>	<b>23.068</b>	<b>21.529</b>
Federais	157	182	18.465	18.356
Estaduais	-	-	4.603	3.111
Municipais	-	-	-	62
<b>Remuneração Capitais de Terceiros</b>	<b>127</b>	<b>289</b>	<b>16.274</b>	<b>30.668</b>
Juros	121	244	16.212	31.746
Crédito Prêmio IPI	-	-	-	(1.155)
Outros	6	45	62	77
<b>Remuneração de capitais próprias</b>	<b>(12.534)</b>	<b>(30.304)</b>	<b>(12.550)</b>	<b>(30.362)</b>
Prejuízo do exercício	(12.534)	(30.304)	(12.534)	(30.304)
Participações de minoritários	-	-	(16)	(58)

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das Demonstrações Contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>Fluxo de caixa da atividade operacional</b>				
Prejuízo Líquido Do Exercício	(12.534)	(30.304)	(12.550)	(30.304)
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	-	-	5.198	6.561
Provisão (Reversão) de Provisão para Contingências	-	-	2.257	(54.366)
Provisão (Reversão) para Riscos de Créditos	-	-	405	125
Equivalência patrimonial	9.859	28.316	-	-
Encargos Financeiros s/Empréstimos	-	-	5.774	253
Provisão (Reversão) de Impostos diferidos	-	-	(454)	(423)
Custo Baixa Bens Ativo Imobilizado e Intangível	-	-	164	382
Participações de minoritários	-	-	16	(58)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Varição Clientes	-	-	(14.650)	(645)
Varição Estoques	-	-	(11.516)	(4.182)
Varição Adiantamentos a Fornecedores	-	-	(1.157)	(246)
Varição Impostos a Recuperar	-	-	3.161	48.839
Varição Outras Contas a Receber	-	-	(161)	(545)
Varição Depósitos Judiciais	(6)	-	(234)	(271)
Varição Fornecedores	-	-	11.855	3.703
Varição Fornecedores de Ativo Fixo	-	-	(5.014)	(5.112)
Varição Faturamento Antecipado	-	-	1.250	712
Varição Impostos, Taxas e Contribuições	35	199	(8.459)	23.317
Varição Salários a Pagar e Provisões	80	(189)	272	421
Varição Adiantamentos de Clientes	-	-	2.301	1.424
Varição Obrigações a Pagar por Contratos	-	-	(42)	(1.393)
Varição Provisão para Contingências	-	-	(194)	-
Varição Outras Contas a Pagar	-	-	1.901	2.260
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operac,</b>	<b>(2.566)</b>	<b>(1.978)</b>	<b>(19.877)</b>	<b>(9.548)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aquisição de ativo investimento	(30.371)	(38.569)	-	-
Aquisição de ativo biológico	-	-	(985)	(687)
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(7.411)	(2.439)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(2)	(5)
Integralização de capital	(24)	-	15	-
Pagamentos de lucros dividendos	-	-	-	-
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(30.395)</b>	<b>(38.569)</b>	<b>(8.383)</b>	<b>(3.131)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Varição Instituições Financeiras	-	-	(4.011)	(3.196)
Varição Dividendos a Pagar	-	8.392	-	(2.000)
Varição Partes Relacionadas	(1.537)	(7.246)	(4.076)	(18.962)
Varição Títulos descontados	-	-	(233)	(1.980)
Varição Saques negociados	-	-	1.788	(116)
<b>Caixa líquido proveniente das ativ. financiamento</b>	<b>(1.537)</b>	<b>1.146</b>	<b>(6.532)</b>	<b>(26.254)</b>
<b>Varição de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(12)</b>	<b>12</b>	<b>(306)</b>	<b>480</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	13	1	859	379
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	1	13	553	859

O conjunto de Notas Explicativas é parte integrante das Demonstrações Contábeis

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010**

(em milhares de reais)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Minupar Participações S/A. “Companhia” tem por objeto principal a participação no capital de outras sociedades.

As controladas diretas Sulaves S/A. e Valepar S/A. também possuem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, tendo como controlada direta a Companhia Minuano de Alimentos.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos (Minuano) tem as suas principais atividades organizadas nos segmentos de industrializados e aves. Comercializa seus produtos principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, também atendendo os demais estados brasileiros além de exportar seus produtos para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central. O parque fabril é formado por seis unidades industriais localizados nos estados do Rio Grande do Sul (4) e Santa Catarina (2). A Companhia presta serviços para terceiros nas linhas de abate, desossa e industrialização de carnes de aves com contratos firmados até dezembro de 2012 e também atua na produção própria de produtos industrializados, realizando a comercialização dos mesmos principalmente nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, também atendendo os demais estados brasileiros, e exporta para países localizados no Oriente Médio, Europa, Ásia, África e América do Sul e Central.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis Individuais e Consolidadas do exercício de 31 de dezembro de 2011 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sendo que a Companhia adotou 01/01/2010 para transição às IFRS, preparando balanço patrimonial de abertura segundo os Pronunciamentos contábeis, aprovados pela CVM.

O Conselho de Administração autorizou a conclusão das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011, em 21 de março de 2012.

Para fins de melhor comparabilidade, foram efetuadas no balanço comparativo, as seguintes reclassificações referentes aos saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis de 2010, com os respectivos efeitos nas Notas Explicativas vinculadas:

**Controladora**  
**Passivo**

<b>Do Grupo</b>	<b>Para o Grupo</b>	<b>Valor</b>
Dividendos a Pagar	Partes Relacionadas	2

**Resultado**

<b>Do Grupo</b>	<b>Para o Grupo</b>	<b>Valor</b>
Honorários dos Administradores	Despesa De Administração	(540)

**Consolidado**  
**Passivo**

<b>Do Grupo</b>	<b>Para o Grupo</b>	<b>Valor</b>
Dividendos a Pagar	Partes Relacionadas	41
Outras Contas a Pagar	Partes Relacionadas	30
Salários a Pagar e Provisões	Impostos, Taxas e Contribuições	445
Outras Contas a Pagar	Impostos, Taxas e Contribuições	154

Resultado		
Do Grupo	Para o Grupo	Valor
Honorários dos Administradores	Despesa De Administração	(1.451)
Despesa De Administração	Outras Despesas Operacionais	1.078
Resultado Adesões Parcelamentos Especiais	Outras Receitas Operacionais	13.025
Despesas Financeiras	Outras Receitas Operacionais	77
Despesas Financeiras	Outras Despesas Operacionais	(251)

## NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 Declaração de Conformidade

#### 3.1.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sendo estas as primeiras Demonstrações Contábeis apresentadas de acordo com IFRS pela Companhia. Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

#### 3.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

### 3.2 Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Minupar Participações S/A, e suas controladas diretas Sulaves S/A e Valepar S/A e de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos. Os saldos de ativos e passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação.

#### 3.2.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas

A Companhia efetua a consolidação de suas demonstrações contábeis de acordo com as atuais práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Não há diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS's e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, desta forma a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

#### 3.2.2 Demonstrações Contábeis Individuais

No balanço patrimonial individual, as participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

### 3.3 Mudanças em Políticas Contábeis

No processo de convergência ao IFRS (*International Financial Reporting Standards*) conforme as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, as principais mudanças com impactos sobre as políticas contábeis adotadas pela companhia e suas controladas foram:

- (a) A mensuração de determinados ativos financeiros mantidos para negociação ao valor justo por meio do resultado;
- (b) o reconhecimento da receita de vendas e do custo de aquisição com o respectivo ajuste a valor presente das contas a receber e/ou a pagar de longo prazo e de curto prazo quando relevantes;
- (c) reclassificação de itens do ativo imobilizado para o ativo intangível e o reconhecimento dos *leasings* financeiros pelo novo regramento societário no imobilizado;
- (d) a realização de testes de recuperabilidade dos ativos;
- (e) análise para identificar a relevância de uma eventual avaliação do imobilizado para determinação do custo atribuído na data de transição e a respectiva revisão da vida útil dos bens.

### **3.4 Estimativas Contábeis**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas incluem certas estimativas referentes às provisões de natureza trabalhista, provisão para contingências, provisão para devedores duvidosos, provisões operacionais e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

### **3.5 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis**

A administração da companhia e de suas controladas definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados.

### **3.6 Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

### **3.7 Clientes**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2011, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

### **3.8 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

### **3.9 Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

### **3.10 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

### **3.11 Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

### **3.12 Ativos Biológicos**

De acordo com a Deliberação CVM nº 596/09, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

**3.13 Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

**3.14 Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

**3.15 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**3.16 Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**3.17 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

**3.18 Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

**3.19 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

**3.20 Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado**

A receita é reconhecida:

- (a) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (c) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Líquida consolidada:

	31/12/2011			31/12/2010		
	Mercado Interno	Exportação	Total	Mercado Interno	Exportação	Total
<b>Receita bruta</b>	<b>104.090</b>	<b>91.350</b>	<b>195.440</b>	<b>96.606</b>	<b>34.183</b>	<b>130.789</b>
(-) Impostos Federais	(8.610)	-	(8.610)	(8.223)	-	(8.223)
(-) Impostos Estaduais	(4.678)	-	(4.678)	(3.111)	-	(3.111)
(-) Devoluções	(295)	(5)	(300)	(108)	-	(108)
<b>Receita líquida</b>	<b>90.507</b>	<b>91.345</b>	<b>181.852</b>	<b>85.164</b>	<b>34.183</b>	<b>119.347</b>

### 3.21 Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### 3.22 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

As políticas contábeis que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações contábeis pela Administração são: (a) os créditos de liquidação duvidosa, inicialmente provisionada e posteriormente lançada para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação; (b) vida útil, "Impairment" e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de perda, (d) o valor atual de obrigações de plano suplementar de aposentadoria depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas.

### 3.23 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, no caso a Minupar, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

### NOTA 04. NOVOS PRONUNCIAMENTOS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS IFRS

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas já existentes ainda não estão em vigor e, também, não foram adotadas antecipadamente. No entanto, a Administração não espera que a adoção destes possa provocar mudanças ou efeitos significativos nas demonstrações contábeis atualmente apresentadas.

- Alterações ao IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgação;
- Alterações ao IAS 12 – Tributos sobre o lucro;
- Alterações ao IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas;
- Alterações ao IAS 28 - Investimentos em associadas;
- Alterações ao IAS 1 – apresentação das demonstrações financeiras;
- Alterações ao IAS 19 – benefícios a empregados;
- IFRS 10 – demonstrações financeiras consolidadas;
- IFRS 11 – acordos em conjunto;
- IFRS 12 – divulgação para entidades que possuem participações em subsidiárias empreendimentos em controle conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas
- IFRS 13 – mensuração de valor justo;
- IFRIC 20 – Custos relacionados a extração mineral;

### NOTA 05 - DISPONIBILIDADES - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

#### a) Controladora

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	-	-
Bancos - conta corrente	1	13
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>13</b>

**b) Consolidado**

	31/12/2011	31/12/2010
Caixa	6	6
Bancos - conta corrente	547	853
<b>Total</b>	<b>553</b>	<b>859</b>

**NOTA 06 - CLIENTES – CONSOLIDADO**

Descrição	31/12/2011	31/12/2010
Mercado interno	10.178	3.186
Mercado externo	11.943	4.285
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(774)	(369)
<b>Total</b>	<b>21.347</b>	<b>7.102</b>
(-) Saques negociados	(2.102)	(314)
(-) Faturamentos antecipados	(2.507)	(1.257)
(-) Títulos descontados	(690)	(923)
(-) Adiantamentos de clientes	(4.451)	(2.150)
<b>Saldo líquido de clientes</b>	<b>11.597</b>	<b>2.458</b>

A Companhia e suas controladas têm como procedimento analisar seus títulos vencidos mensalmente, adotando critérios de provisionamento compatíveis com as práticas contábeis e em consonância com as regras fiscais. Os saldos de Saques Negociados; Faturamento Antecipado e títulos descontados foram reclassificados para o passivo circulante em atendimento às normas internacionais de contabilidade.

**NOTA 07 – ESTOQUES - CONSOLIDADO**

	31/12/2011	31/12/2010
Produtos prontos	4.426	1450
Produtos em elaboração	7.208	2406
Matérias Primas	2.289	378
Materiais de embalagem	1.608	734
Materiais de manutenção	1.065	1250
<b>Subtotal</b>	<b>16.596</b>	<b>6.218</b>
Custo de entrega - CPC 30 - Receitas	2.138	1000
<b>Total</b>	<b>18.734</b>	<b>7.218</b>

A Companhia e suas controladas, continuamente realizam análise de rotatividade dos bens que integram os seus estoques, através da qual constatou não ser necessária a constituição de provisão para perdas por Obsolescência.

Através da adoção da Deliberação CVM nº 597/09, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos postergou o reconhecimento de receitas para o momento em que os requisitos da referida deliberação sejam atendidos. Em consequência disto, fora reconhecido em estoque nos períodos encerrados em 31/12/2010 e 31/12/2011 o custo vinculado a estas receitas, os quais serão reconhecidos no resultado na proporção do reconhecimento das respectivas receitas.

**NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR – CONSOLIDADO**

Circulante	31/12/2011	31/12/2010
IRRF a recuperar	5	5
IRPJ a recuperar	1.809	4.473
CSLL a recuperar	673	1.664
PIS e COFINS a recuperar	1.265	1.132
ICMS a recuperar	7.384	7.028
ICMS a recuperar - imobilizado	2.693	1.841
<b>Total</b>	<b>13.829</b>	<b>16.143</b>

<b>Não Circulante</b>	<b>Ref.</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
IRPJ s/prejuízos fiscais a recuperar	a)	16.177	13.922
CSLL s/ prejuízos fiscais a recuperar	a)	5.959	5.169
PIS e COFINS a recuperar		265	-
Crédito prêmio IPI s/ exportações	b)	11.978	16.135
<b>Total</b>		<b>34.379</b>	<b>35.226</b>

**a) Crédito Prêmio IPI**

Refere-se ao crédito sobre exportações resultante dos registros das competências, outubro de 1982 a outubro de 1990, deduzido das compensações formalizadas até 31 de dezembro de 2011.

**b) Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido**

Conforme determina a Deliberação 599/09 da CVM, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, reconheceu créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social diferidos, calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, provisões temporariamente não dedutíveis e valores temporariamente não tributáveis.

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos oriundos do saldo de prejuízo fiscal e base negativa:

	<b>Prejuízo Fiscal</b>	<b>Base Negativa de CSLL</b>	<b>IRPJ Diferido</b>	<b>CSLL Diferido</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>52.569</b>	<b>54.312</b>	<b>13.142</b>	<b>4.888</b>
(+) Adições - Resultado do Ano	6.715	6.715	1.679	604
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>59.284</b>	<b>61.027</b>	<b>14.821</b>	<b>5.492</b>

A seguir apresentamos a movimentação dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias:

	<b>Provisão para Contingências</b>	<b>IRPJ Diferido</b>	<b>CSLL Diferido</b>
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>3.123</b>	<b>780</b>	<b>281</b>
Constituição de Provisões	2.062	516	186
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>5.185</b>	<b>1.296</b>	<b>467</b>

A seguir apresentamos o resumo geral dos tributos diferidos:

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
IRPJ sobre prejuízos fiscais	14.821	13.142
IRPJ sobre diferenças temporárias	1.296	780
<b>Total</b>	<b>16.177</b>	<b>13.922</b>

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
CSLL sobre base negativa	5,492	4.888
CSLL sobre diferenças temporárias	467	281
<b>Total</b>	<b>5.959</b>	<b>5.169</b>

Conforme as projeções de resultados realizadas pela a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os saldos remanescentes de Imposto de Renda e de Contribuição Social diferidos serão utilizados com os seguintes lucros tributáveis:

<b>Ano</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>Total</b>
<b>Valores - R\$ Mil</b>	17.801	46.965	68.731	89.080	101.387	323.964
<b>Ano</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>Total</b>
<b>Valores - R\$ Mil</b>	116.280	140.019	161.320	182.368	206.121	806.109
<b>Ano</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>2026</b>	<b>Total</b>
<b>Valores - R\$ Mil</b>	232.925	263.169	297.292	335.789	379.197	1.508.373
					<b>Total Geral</b>	<b>2.638.446</b>

**NOTA 09 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS**

Em 31/12/2011 a Companhia é controladora das seguintes Empresas:

Descrição	Valepar S/A	Sulaves S/A	Total
% Participação Direta	99,985176%	99,997363%	
<b>Saldo do Investimento em 31/12/2010</b>	-	-	-
(-) Reversão provisão p/ perda investimentos	(11.250)	(1.396)	(12.646)
+ Aumento de capital social	23.115	7.281	30.396
+/- Resultado da equivalência patrimonial	(8.184)	(1.675)	(9.859)
+/- Variação reflexa sobre variações patrimoniais *	2.703	(2.728)	(25)
<b>Saldo do investimento em 31/12/2011</b>	<b>6.384</b>	<b>1.482</b>	<b>7.866</b>

\* Se refere a oscilações no percentual de participação acionária sobre os saldos patrimoniais de empresas controladas durante o ano de 2011.

**NOTA 10 - ATIVOS BIOLÓGICOS - CONSOLIDADO**

De acordo com a Deliberação CVM nº596/09, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, não valorizou seus ativos biológicos a valor de mercado em virtude de que este não tem disponível e as alternativas para estimá-los não são, claramente, confiáveis. Em tal situação, conforme a Deliberação CVM nº 596/09, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irreversibilidade acumuladas.

	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2011			31/12/2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Aves postura	87,00%	229	(32)	197	277
<b>Total</b>		<b>229</b>	<b>(32)</b>	<b>197</b>	<b>277</b>

**NOTA 11 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - CONSOLIDADO**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, possuía em 31 de dezembro de 2011 os seguintes saldos de imobilizado e intangível distribuídos da seguinte forma:

	Taxa Depreciação % a.a.	31/12/2011			31/12/2010
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Computadores e Periféricos	33,33%	2.461	(2.002)	459	409
Maquinas e Equipamentos	5,00% - 6,67%	87.232	(42.506)	44.726	40.986
Moveis e Utensílios	8,33%	8.080	(4.187)	3.893	3.847
Veículos	20,00%	1.539	(1.066)	473	401
Terrenos	0,00%	21.656	-	21.656	21.650
Prédios	2,50%	86.230	(24.950)	61.280	62.061
Imobilizações em andamento	-	43	-	43	43
Outros	0,00%	13	(7)	6	5
<b>Subtotal imobilizado</b>		<b>207.254</b>	<b>(74.718)</b>	<b>132.536</b>	<b>129.402</b>
<b>Intangível</b>		<b>289</b>	<b>(94)</b>	<b>195</b>	<b>213</b>
<b>Total</b>		<b>207.543</b>	<b>(74.812)</b>	<b>132.731</b>	<b>129.615</b>

A movimentação do imobilizado apresenta-se da seguinte forma:

**a) Custo**

	Saldo em 31/12/2010	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2011
Computadores e periféricos	2.376	138	(53)	-	2.461
Maquinas e Equipamentos	80.134	9.677	(2.579)	-	87.232
Moveis e Utensílios	7.991	95	(6)	-	8.080
Veículos	1.398	141	-	-	1.539
Terrenos	21.650	6	-	-	21.656
Prédios	85.370	1.297	(437)	-	86.230
Imobilizações em andamento	43	-	-	-	43
Outros	12	1	-	-	13
<b>Subtotal imobilizado</b>	<b>198.974</b>	<b>11.355</b>	<b>(3.075)</b>	<b>-</b>	<b>207.254</b>
<b>Intangível</b>	<b>287</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>289</b>
<b>Total</b>	<b>199.261</b>	<b>11.357</b>	<b>(3.075)</b>	<b>-</b>	<b>207.543</b>

Não foram identificadas perdas por redução ao valor de recuperação (*impairment*) em 31 de dezembro de 2011.

**b) Depreciação**

	Saldo em 31/12/2010	(+) Adições	(-) Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2011
Computadores e periféricos	(1.967)	(83)	48	-	(2.002)
Maquinas e equipamentos	(39.148)	(3.424)	66	-	(42.506)
Moveis e Utensílios	(4.144)	(43)	-	-	(4.187)
Veículos	(997)	(69)	-	-	(1.066)
Terrenos	-	-	-	-	-
Prédios	(23.309)	(1.641)	-	-	(24.950)
Imobilizações em andamento	-	-	-	-	-
Outros	(7)	-	-	-	(7)
<b>Subtotal imobilizado</b>	<b>(69.572)</b>	<b>(5.260)</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>(74.718)</b>
<b>Intangível</b>	<b>(74)</b>	<b>(20)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(94)</b>
<b>Total</b>	<b>(69.646)</b>	<b>(5.280)</b>	<b>114</b>	<b>-</b>	<b>(74.812)</b>

A depreciação do ativo imobilizado foi distribuída nas seguintes contas:

	31/12/2011	31/12/2010
Custo dos produtos e serviços vendidos	5.047	5701
Despesas administrativas	140	126
Despesas com vendas	11	12
<b>Total</b>	<b>5.198</b>	<b>5.839</b>

Em 31/12/2011, há um total de R\$ 206, relativo a bens adquiridos através de leasing financeiro, conforme apresentamos a seguir:

Grupo	Bem	Prazo	Valor
Veículos	Veículos de Passeio	36 meses	206

**NOTA 12 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS – CONSOLIDADO**

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2011	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	mar/12	4.182	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/12	2.747	-
Banco Topazio S/A - Giro	a)	CDI+2,15%a.m.	out/12	1.856	-
Bicbanco S/A - Giro	a)	CDI+1,30%a.m.	ago/12	2.358	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	dez/12	2.317	1.051
Acordos Bancários	d)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	565	5.082
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	70	147
Banrisul - Consórcio		-	-	32	-
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	10.067	-
Limites de Crédito		-	-	2.523	-
<b>Totais</b>				<b>26.717</b>	<b>6.280</b>

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2010	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6,8% a.a.	jun/11	3.147	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+4,03%a.a.	mar/11	182	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/11	2.534	-
Bicbanco S/A - Giro	a)	CDI+1,30%a.m.	ago/12	2.909	1.806
Banco Daycoval S/A - Giro	a)	2,2% a.m.	jan/11	31	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	nov/11	1.395	1.395
Acordos Bancários	d)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	1.620	5.580
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	66	184
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	8.966	-
Limites de Crédito		-	-	1.419	-
<b>Totais</b>				<b>22.269</b>	<b>8.965</b>

- a) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;
- b) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;
- c) A operação Reaver (Caixa/RS) encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores. A Companhia vem envidando esforços para a repactuação do saldo devedor.
- d) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.

**NOTA 13 - FORNECEDORES - CONSOLIDADO**

	31/12/2011	31/12/2010
Fornecedores Nacionais	26.977	15.070
( - ) AVP - Fornecedores	(70)	(18)
<b>Total</b>	<b>26.907</b>	<b>15.052</b>

Os saldos de fornecedores foram trazidos a valor presente pela controlada Companhia Minuano de Alimentos, conforme determina a Deliberação CVM nº 564/08, através do arbitramento de uma taxa média de 1,37% ao mês para o ano de 2011 e de 1,24% para o ano de 2010.

**NOTA 14 - FORNECEDORES DE ATIVO FIXO - CONSOLIDADO**

Os fornecedores de ativo fixo referem-se a recursos contratados com terceiros para investimentos em ativos fixos, com as seguintes características e condições:

	<b>Circulante</b>	
<b>Encargos</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
2,0%am	-	24
1,5%am	-	43
Fornec. Quirografários	-	404
CDI	1.817	1630
CDI +6,0%aa	4.514	4743
<b>Total</b>	<b>6.331</b>	<b>6.844</b>
	<b>Não Circulante</b>	
<b>Encargos</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
CDI +6,0%aa	-	4.501
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>4.501</b>

**NOTA 15 - SALÁRIOS A PAGAR E PROVISÕES**

**a) Controladora**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Pró labore a pagar	161	89
Outras obrigações a pagar	8	-
<b>Total</b>	<b>169</b>	<b>89</b>

**b) Consolidado**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Provisão de férias	5.578	4.928
Salários / Pró-labore a pagar	1.639	950
Rescisões a pagar	12	410
Outras obrigações a pagar	476	1.145
<b>Total</b>	<b>7.705</b>	<b>7.433</b>

**NOTA 16 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

**a) Circulante – Controladora**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Impostos retidos sobre serviços	96	-
IRRF a recolher	364	275
FGTS a recolher	-	32
INSS a recolher	37	266
PIS e COFINS a recolher	-	33
<b>Subtotal</b>	<b>497</b>	<b>606</b>
<b>Parcelamentos fiscais diversos</b>		
Parcelamento Lei 11.941/2009	170	169
INSS	65	-
<b>Subtotal</b>	<b>235</b>	<b>169</b>
<b>Total</b>	<b>732</b>	<b>775</b>

**b) Circulante – Consolidado**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
ICMS a recolher	1.271	19.832
Impostos retidos sobre serviços	5.583	123
IRRF a recolher	642	434
IRPJ/CSLL a Recolher - Antecipação	-	-
FGTS a recolher	41	5.441
INSS a recolher	5.919	5.225
PIS e COFINS a recolher	426	33
Funrural a recolher	-	9
Outros impostos a recolher	-	-
Outras contribuições s/ folha de pagamento	909	445
Outras contribuições a recolher	76	205
<b>Subtotal</b>	<b>14.867</b>	<b>31.747</b>
<b>Parcelamentos fiscais diversos</b>		
Parcelamento Lei 11.941/2009	10.004	451
ICMS - RS	108	114
ICMS - SP	382	341
ICMS - SC	1.008	17
FGTS	138	127
SESI/SENAI	378	189
IPTU	11	1
INSS	404	-
<b>Subtotal</b>	<b>12.433</b>	<b>1.240</b>
<b>Total</b>	<b>27.300</b>	<b>32.987</b>

**c) Não Circulante – Controladora**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Parcelamento Lei 11.941/2010	72	233
INSS - Parcelamento	239	-
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>233</b>

**d) Não Circulante – Consolidado**

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Parcelamento Lei 11.941/2009	64.799	74.381
ICMS – RS	69	133
ICMS - SP	1.157	1.299
ICMS – SC	5.076	65
FGTS	1.018	1.115
SESI/SENAI	923	412
INSS	1.591	-
<b>Total</b>	<b>74.633</b>	<b>77.405</b>

**NOTA 17 - IMPOSTOS DIFERIDOS - CONSOLIDADO**

**a) Circulante**

	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ diferido s/custo atribuído	334	334
CSLL diferido s/custo atribuído	120	120
<b>TOTAL</b>	<b>454</b>	<b>454</b>

**b) Não Circulante**

	31/12/2011	31/12/2010
IRPJ diferido s/custo atribuído	11.455	11.789
CSLL diferido s/custo atribuído	4.124	4244
<b>TOTAL</b>	<b>15.579</b>	<b>16.033</b>

**NOTA 18 - PARTES RELACIONADAS**

**a) Remuneração dos Administradores**

A Companhia fixou em até R\$ 125 mil reais mensais a remuneração de seus administradores em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de agosto de 2011. A controlada indireta, Companhia Minuano de Alimentos fixou em até R\$ 125 mil reais a remuneração global mensal dos administradores para o exercício de 2011 conforme Assembléia Geral Ordinária realizada em 28 de agosto de 2011. No quadro abaixo, segue a apresentação da remuneração da administração, líquida de encargos (FGTS e INSS) aberto por Controladora e Consolidada.

	Controladora	Consolidado
Conselho de Administração	519	519
Diretoria Executiva	67	747
<b>Totais</b>	<b>586</b>	<b>1.266</b>

As Controladas diretas (Valepar S/A e Sulaves S/A) não remuneraram seus administradores no ano de 2011

**b) Operações de mútuo - Consolidado**

<b>Ativo Circulante</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	8.513	2.598
Le Monde Particip e Adm Ltda	3	-
<b>Subtotal</b>	<b>8.516</b>	<b>2.598</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	20.306	-
Le Monde Particip e Adm Ltda	5.579	5.580
SSJ Participações e Represent. Ltda	4.466	-
Acionistas e Outros	10.207	4
<b>Subtotal</b>	<b>40.558</b>	<b>5.584</b>
<b>Total</b>	<b>49.074</b>	<b>8.182</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Ind. Alimentos Arroio do Meio S/A	16.681	-
Le Monde Particip e Adm Ltda	5.367	170
SSJ Participações e Represent. Ltda	1.695	93
Acionistas e Outros	16.000	2.664
<b>Total</b>	<b>39.743</b>	<b>2.927</b>

Os créditos e obrigações entre partes relacionadas não possuem prazos estipulados para recebimento e liquidação e estão condicionados à maximização do fluxo de caixa das empresas. Sobre os contratos de mútuos incidem juros de 0,5% a 1% ao mês mais taxa CDI.

**NOTA 19 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO**

A Companhia, e suas controladas, são parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e de outras naturezas, cujas discussões estão em andamento tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável tais discussões são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para perdas prováveis decorrentes desses processos são constituídas pela Administração, considerando a opinião de seus assessores jurídicos. Em 31 de dezembro de 2011, se apresentavam as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	Provisão para Contingencias			Depósitos Judiciais		
	Trabalhista	Cível	Tributária	Trabalhista	Cível	Tributária
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	2.805	278	39	956	13	1
+ Adições		2.419	242	18	217	
(-) Baixas	(598)					
<b>Saldo em 31/12/2011</b>	<b>2.207</b>	<b>2.697</b>	<b>281</b>	<b>974</b>	<b>230</b>	<b>1</b>

A Companhia e as suas controladas incluíram a maioria dos passivos tributários existentes em 2009 e 2010 nos parcelamentos advindos das Leis 11.941/09 e MP 470/09, convertida na Lei nº 12.249/10. Com a adesão à MP 470/09, a Companhia reconheceu a inexistência do Crédito Prêmio IPI – Exportação posterior a 5 de outubro de 1990. Por ocasião do reconhecimento do referido crédito, no exercício de 2006, a Companhia o ofereceu a tributação pelo IRPJ e CSLL, sendo os tributos extintos por compensação, com o mesmo crédito.

**Contingências possíveis**

Na avaliação dos assessores jurídicos, os processos considerados como de perda possível na companhia e em suas controladas totalizam R\$ 34.522 mil (R\$4.913 mil em 31/12/2010), distribuídos entre processos tributários, cíveis e trabalhistas.

**NOTA 20 - CRÉDITO PRÊMIO DE IPI EXPORTAÇÃO**

No ano de 2009, com a decisão do Superior Tribunal de Justiça limitando em 05 de outubro de 1990, o direito ao Crédito de incentivo fiscal setorial instituído pelo art. 1º do Decreto Lei nº 491, de 5 de março de 1969, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu ajustes em seu Ativo pela redução do valor referente ao período posterior a 1990 que estava registrado desde o exercício de 2006. O saldo de R\$ 11.978 mil no Ativo Não Circulante decorre da decisão da Companhia em limitar o crédito à decisão do STJ tendo por base parecer dos consultores jurídicos, entende que o registro contábil do crédito ocorrido em 2006, ajustado ao que foi limitado pelo STJ, está amparado em decisão judicial definitiva, pois já houve o transcurso do prazo para interposição de ação rescisória, bem como existem normativos legais vigentes à época que asseguram o direito da empresa, o que foi confirmado pelos autos do processo julgado favorável a Minuano.

Considerando a necessidade de manter a segurança jurídica da Companhia e da controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, os débitos cuja compensação foi realizada com a utilização deste crédito foram objeto de dois parcelamentos: O parcelamento especial instituído pela lei 12.249/2010 – MP 470, e, pela Lei 11.941/2009.

Durante o ano de 2011 a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos, através de seus assessores jurídicos, efetuou diversos recursos administrativos e judiciais, tendo obtido em maio de 2011, despacho decisório emitido pelo Delegado da Receita Federal de Santa Cruz do Sul, cancelando o Despacho Decisório e os Pareceres emitidos no ano de 2009 que indeferiam o pleito do pedido de Habilitação do Crédito, realizado no ano de 2006. A partir deste momento a Minuano administrativamente retomou a discussão quanto ao reconhecimento deste crédito. Em resposta, a Receita Federal do Brasil se manifestou no sentido de reconhecer o direito ao Incentivo Fiscal (Crédito Prêmio), com a definição da alíquota de 15% (quinze por cento). Resta ainda, a discussão quanto ao período de fruição do respectivo Incentivo Fiscal.

Além disso, houve um pedido de desarquivamento, na esfera judicial, da Ação Ordinária transitada em julgado que concedia a empresa o direito ao usufruto do Incentivo Fiscal, objetivando o cumprimento da

decisão judicial que exigia a apuração administrativa dos valores por parte da Receita Federal do Brasil. Este pedido de desarquivamento está aguardando a manifestação da Justiça Federal de POA.

Diante da segurança jurídica que atualmente envolve a questão, e das disposições contidas na Deliberação CVM nº 594/2010, item 35, a empresa considera que através das compensações já efetuadas, está obtendo os benefícios econômicos decorrentes do direito assegurado judicialmente.

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos procedeu às devidas atualizações pela SELIC e compensações do exercício corrente, remanescendo, em 31 de dezembro de 2011, um saldo de R\$ 11.978 mil (R\$ 16.135 mil em 31 de dezembro 2010), registrados no ativo circulante e não circulante. A empresa utilizou por meio de compensações junto à Receita Federal do Brasil os seguintes montantes:

<b>Período</b>	<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
2000	Compensação com Tributos Federais	355	355
2001	Compensação com Tributos Federais	4.863	4.863
2002	Compensação com Tributos Federais	2.883	2.883
2004	Compensação com Tributos Federais	868	868
2005	Compensação com Tributos Federais	2.518	2.518
2006	Compensação com Tributos Federais	3.547	3.547
2007	Compensação com Tributos Federais	3.225	3.225
2007	Compensação com INSS	-	-
2008	Compensação com Tributos Federais	2.799	2.799
2009	Compensação com Tributos Federais	607	607
2009	Compensação com INSS	1.112	1.112
2010	Compensação com Tributos Federais	3.879	3.879
2010	Compensação com INSS	14.960	14.960
2011	Compensação com INSS	4.312	
2011	Compensação com Tributos Federais	517	
	<b>Total</b>	<b>46.445</b>	<b>41.616</b>

#### **NOTA 21 - PROGRAMAS DE PARCELAMENTOS FISCAIS - CONSOLIDADO**

##### **a) Medida Provisória nº 470/2010**

A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizou em 30 de novembro de 2010, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previstos na Medida Provisória nº 470/2010, convertida na Lei nº 12.249/09. Este programa permitiu a liquidação de multas, juros e montantes de “principal” dos tributos, com benefícios de até 100% nas multas e 90% nos juros e o restante com créditos tributários de IR e CSLL decorrentes de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL, em montante aproximado de R\$ 61 milhões, aguardando consolidação pelos órgãos competentes.

<b>MP 470/2010</b>	<b>31/12/2011</b>
Passivo tributário objeto da MP 470/2010	61.896
(-) Reduções da MP 470/2010	(24.213)
(-) Montante utilizado do Prejuízo Fiscal	(37.683)
<b>Total</b>	<b>-</b>

##### **b) Lei nº 11.941/2010**

A Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos formalizaram em 21 de setembro de 2009, a adesão ao parcelamento de débitos fiscais previsto na Lei nº 11.941/09, requerendo em caráter definitivo a exclusão de parcelamentos anteriores a esta Lei, sendo que os benefícios econômico-financeiros foram devidamente registrados à época da adesão. Durante o ano de 2010 novos valores foram objeto de requerimento ao mencionado parcelamento, tendo da mesma forma os benefícios financeiros reconhecidos no ano da adesão.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia e a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos efetuaram a consolidação do saldo passível de adesão ao referido parcelamento, independente de parte

deste valor ter sido objeto de pedido de parcelamento dentro da modalidade prevista na MP 470/2009 (Convertida pela Lei 12.249/2010), sendo que desta consolidação restaram divergências em relação saldos registrados na contabilidade, conforme será apresentado em parágrafo específico na sequência. Contudo, diante do Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19/05/2011, a Receita Federal do Brasil revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009, e determinou a adoção de providencias para apuração do benefício fiscal do crédito prêmio de IPI.

No quadro abaixo, seguem os montantes de débitos fiscais consolidados:

<b>PARCELAMENTO LEI 11.941/2010</b>	<b>Saldos Consolidados</b>
<b>Passivo tributário objeto da Lei 11.941/2010</b>	<b>194.463</b>
(-) Reduções da Lei 11.941/2010	(35.667)
(-) Montante utilizado do prejuízo fiscal	(44.877)
<b>(=) Valor dos passivos tributários após reduções e utilização do prejuízo fiscal</b>	<b>113.919</b>

Incluso ao valor consolidado há valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Premio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da Companhia Minuano de Alimentos (vide nota 20). Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor.

O valor dos Passivos Tributários consolidados no Parcelamento Especial da Lei nº 11.941/09 estão sendo pagos desde o momento da consolidação realizada em junho de 2011, desconsiderando os impostos objeto de discussão por parte da controlada, conforme comentado anteriormente

## **NOTA 22 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

### **a) Capital Social**

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 83.593 mil representado por 507.150.000 (quinhentos e sete milhões, cento e cinquenta mil) ações ordinárias. Os atos societários que trouxeram os efeitos que culminaram na situação patrimonial apresentada em 31 de dezembro são os seguintes:

#### **Ata do Conselho de Administração**

##### **Data de Realização: 28 de junho de 2011:**

Aprovação do aumento de capital da Companhia, passando-o de R\$ 49.107 mil, para R\$ 83.593 mil, com a emissão de 101.430.000 (cento e um milhões, quatrocentos e trinta mil ações) no valor nominal de subscrição de R\$ 0,34 por ação.

#### **Ata do Conselho de Administração**

##### **Data de Realização: 28 de setembro de 2011:**

Homologação do aumento de capital da Companhia, aprovado em 28 de junho de 2011, nos montantes acima apresentados

### **b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Em virtude da adoção integral das normas internacionais de contabilidade, adaptadas através dos CPC's aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia passou a possuir registrado em seu Patrimônio Líquido, saldo decorrente de avaliação reflexa ocorrida no imobilizado a custo atribuído de sua controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.

### **c) Reserva Legal**

Quando aplicável, será constituída Reserva Legal à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social.

**d) Dividendos**

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas têm o direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Neste ano de 2011, em virtude do prejuízo apurado, não serão distribuídos valores a título de dividendos.

**e) Outros resultados abrangentes**

Estes valores estão diretamente vinculados à variação percentual da participação da Companhia em suas controladas (diretas e indiretas), ocorrido no ano de 2011. A variação no percentual de participação gerou a correção nos valores de participação da Companhia nos saldos de patrimônio de suas controladas.

**NOTA 23 - COBERTURA DE SEGUROS – CONSOLIDADO**

A Companhia, e suas controladas, têm por política a contratação de seguros para cobertura dos bens sujeitos a riscos. A controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos considera que os valores segurados são considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, conforme demonstrado a seguir:

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Incêndio, Raio e Explosão	35.000	35.000
Vendaval e Granizo	6.000	6.000
Desmoronamento, Danos Elétricos e Queda de Aeronaves	9.580	9.580
Lucros Cessantes	7.000	7.000
Estoques	1.000	1.000

Em 28/02/2012 foram renovadas todas as apólices de seguro da controlada indireta.

**NOTA 24 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS**

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e estão contabilizadas pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da companhia, se limita a:

**a) Risco de Crédito:** É representado pela inadimplência nas suas contas a receber de clientes, que é bastante reduzido devido ao fato de a maioria dos recebíveis serem descontados através das linhas de descontos de títulos mantidas pela Companhia;

**b) Risco de Preço:** Decorre da possibilidade de oscilação de preços de mercado dos produtos fabricados e dos insumos usados no processo produtivo, e essas oscilações podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos. A Companhia e suas controladas, para minimizarem estes riscos, acompanham permanentemente os mercados locais e estrangeiros, buscando antecipar-se ao movimento de preços;

**c) Risco de Taxas de Câmbio:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações cambiais. Atualmente este risco é considerado mediano, pois aproximadamente 46% das vendas são decorrentes de vendas para o mercado externo. Mesmo havendo estes riscos, a Companhia, e suas controladas, não operam com a proteção (*hedge*) de suas operações que estejam atreladas a dólar, por compreender que se trata de risco administrável;

**d) Risco de Taxas de Juros:** Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas pela oscilação destas taxas. Em relação a este risco, é mantido acompanhamento permanente do mercado. A Companhia e suas controladas não atuam no mercado de derivativos financeiros, bem como não possui instrumentos financeiros que não estejam reconhecidos em seu balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011.

**NOTA 25 - CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA – CONSOLIDADO**

	31/12/2011		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e auxiliares de fabricação	68.678	-	-
Materiais de embalagem	9.177	-	-
Salários incorridos	35.701	674	3.471
Encargos sociais incorridos	13.506	239	1.054
Férias e 13º salário incorridos	613	8	42
Benefícios a empregados	7.343	71	194
Indenizações trabalhistas/acordos judiciais	295	-	598
Equipamento de proteção individual	1.017	4	3
Consultorias e assessorias	6.050	359	4.410
Manutenção industrial/predial/elétrica	4.538	37	407
Energia elétrica	9.353	-	60
Materiais de limpeza	874	-	10
Telefonia e transmissão de dados	173	91	119
Combustíveis e lubrificantes	301	123	68
Comissões sobre vendas	-	962	-
Viagens e estadias	139	50	407
Taxas e encargos legais	120	694	162
Armazenagem e movimentação de mercadorias	2	1.304	-
Fretes rodoviários e marítimos	3.462	8.698	-
Custos aduaneiros de exportação	-	1.032	-
Publicidade e propaganda	4	113	122
Análises laboratoriais	437	1	-
Provisões para contingências/PCLD	737	405	1
Honorários sucumbenciais	-	-	121
Depreciações	5.047	11	140
Locações/aluguéis	472	-	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	570	-
Seguros	245	4	119
Outros gastos	583	43	85
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b>168.867</b>	<b>15.493</b>	<b>11.785</b>

	31/12/2010		
	Custo dos Produtos Vendidos	Despesas com Vendas	Despesas Administrativas
Matérias primas e auxiliares de fabricação	27.235	-	-
Materiais de embalagem	6.094	-	-
Salários incorridos	31.495	575	3.471
Encargos sociais incorridos	11.848	220	1.148
Férias e 13º salário incorridos	37	15	-
Benefícios a empregados	4.885	74	173
Indenizações trabalhistas/acordos judiciais	359	11	4.906
Equipamento de proteção individual	816	-	-
Consultorias e assessorias	2.857	83	6.472
Manutenção industrial/predial/elétrica	4.096	39	248
Energia elétrica	8.162	-	53
Materiais de limpeza	835	-	-
Telefonia e transmissão de dados	171	75	112
Combustíveis e lubrificantes	1.682	108	45
Comissões sobre vendas	-	297	-
Viagens e estadias	43	37	234
Taxas e encargos legais	257	205	170
Armazenagem e movimentação de mercadorias	-	394	-
Fretes rodoviários e marítimos	894	3.919	-
Custos aduaneiros de exportação	-	589	-
Publicidade e propaganda	-	60	106
Análises laboratoriais	346	-	-
Provisões para contingências/PCLD	512	126	60
Honorários sucumbenciais	-	-	647
Depreciações	5.701	12	126
Locações/aluguéis	186	-	-
Abatimentos concedidos sobre vendas	-	452	-
Seguros	193	7	85
Outros gastos	1.244	26	84
<b>Total das despesas por natureza</b>	<b>109.948</b>	<b>7.324</b>	<b>18.140</b>

**NOTA 26 - OUTRAS RECEITAS / OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS – CONSOLIDADO**

	31/12/2011	31/12/2010
Encargos incorridos em passivos fiscais	(962)	(1.992)
Despesas gerais incorridas	(997)	(459)
Custo de imobilizado vendido/baixado	(164)	(648)
Provisão para contingências	(2.257)	(1.077)
Reversão de créditos tributários	(3.323)	-
<b>Outras Despesas</b>	<b>(7.703)</b>	<b>(4.176)</b>
Créditos tributários	2.736	490
Receitas gerais auferidas	349	347
Receita de venda de imobilizado	64	348
Redução de passivos fiscais	12.097	-
Resultado de adesão a parcelamentos fiscais	-	13.025
<b>Outras Receitas</b>	<b>15.246</b>	<b>14.210</b>
<b>Resultado, líquido</b>	<b>7.543</b>	<b>10.034</b>

**NOTA 27 - RESULTADO FINANCEIRO – CONSOLIDADO**

	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
Variações cambiais ativas	5.787	1.035
Ganho em renegociações de empréstimos	17	4.582
Descontos financeiros obtidos	633	142
Juros ativos sobre impostos	720	1.497
Outras receitas financeiras	145	328
<b>Receitas financeiras</b>	<b>7.302</b>	<b>7.584</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(5.654)	(10.854)
Juros sobre compra a prazo de fornecedores	(1.409)	(1.640)
Variações cambiais passivas	(4.031)	(854)
Variações monetárias passivas de parcelamentos fiscais	(1)	-
Descontos financeiros concedidos	(14)	(197)
Impostos sobre operações financeiras	-	(24)
Juros incidentes sobre impostos a pagar	-	(1.553)
Deságios na transferência de créditos tributários	(67)	(2)
Juros incidentes sobre operações com partes relacionadas	(1.490)	-
Despesas decorrentes de parcelamentos fiscais	(1.468)	(5.670)
Despesas decorrentes de operações financeiras	(1.715)	(1.786)
Outras despesas financeiras	(237)	(272)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(16.086)</b>	<b>(22.852)</b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>(8.784)</b>	<b>(15.268)</b>

**NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO – CONSOLIDADO**

A companhia, através de suas controladas, atua em três segmentos distintos, a saber:

- a)** Serviços de industrialização: Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos com a prestação de serviços de industrialização a terceiros através das unidades de abate e desossa de aves, produção de rações, criação de matrizes e incubatório de ovos mantidos pela controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos.
- b)** Embutidos e Industrializados (Carne e Ovos): Estão apresentados neste segmento, os resultados auferidos na industrialização e comercialização de embutidos (patês, fiambres, preparados de carnes) e ovos;
- c)** Frigorífico: No ano de 2010, a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos retornou, após longo período de ausência, ao abate e desossa de aves através de integração própria. Dentro da estratégia de crescimento traçada pela Administração, no dia 12 de dezembro de 2011 iniciou-se o abate próprio de aves, em frigorífico de terceiros na modalidade de prestação de serviços de industrialização, onde a Minuano efetua o pagamento do serviço de abate, ficando unicamente responsável pela entrega do frango para a realização do serviço de abate e desossa dos mesmos. Neste segmento estão apresentados os resultados obtidos pelo abate e desossa realizado nas instalações próprias da controlada na cidade de Passo Fundo, mais o resultado referente ao período de 12 de dezembro, até o final do exercício.

No quadro abaixo, são apresentados os resultados por segmento de atuação da Companhia e de sua controlada:

Descrição	Serviços de Industrialização		Embutidos e Industrializados (Carnes e Ovos)		Frigorífico - Abate e Industrialização Aves		Corporativo (Centro Administrativo)		Total	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>	<b>71.658</b>	<b>71.691</b>	<b>60.877</b>	<b>55.713</b>	<b>62.905</b>	<b>3.385</b>	-	-	<b>195.440</b>	<b>130.789</b>
Impostos e devoluções	(6.308)	(6.885)	(7.198)	(4.549)	(82)	(8)	-	-	(13.588)	(11.442)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>65.350</b>	<b>64.806</b>	<b>53.679</b>	<b>51.164</b>	<b>62.823</b>	<b>3.377</b>	-	-	<b>181.852</b>	<b>119.347</b>
(-) Custo dos produtos e serviços vendidos	(60.419)	(61.052)	(41.403)	(43.028)	(67.045)	(5.868)	-	-	(168.867)	(109.948)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>4.931</b>	<b>3.754</b>	<b>12.276</b>	<b>8.136</b>	<b>(4.222)</b>	<b>(2.491)</b>	-	-	<b>12.985</b>	<b>9.399</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>										
Despesas com vendas	-	-	(6.967)	(6.960)	(8.526)	(364)	-	-	(15.493)	(7.324)
Despesas administrativas	-	-	-	-	-	-	(11.785)	(18.140)	(11.785)	(18.140)
Outras receitas	-	-	-	-	-	-	15.246	14.210	15.246	14.210
Outras despesas	-	-	-	-	-	-	(7.703)	(4.176)	(7.703)	(4.176)
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>4.931</b>	<b>3.754</b>	<b>5.309</b>	<b>1.176</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(2.855)</b>	<b>(4.242)</b>	<b>(8.106)</b>	<b>(6.750)</b>	<b>(6.031)</b>
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	(16.086)	(22.852)	(16.086)	(22.852)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	7.302	7.584	7.302	7.584
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>4.931</b>	<b>3.754</b>	<b>5.309</b>	<b>1.176</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(2.855)</b>	<b>(13.026)</b>	<b>(23.374)</b>	<b>(15.534)</b>	<b>(21.299)</b>
Provisão para IRPJ e CSSL - corrente	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IRPJ e CSSL - diferido	-	-	-	-	-	-	2.984	(9.063)	2.984	(9.063)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>4.931</b>	<b>3.754</b>	<b>5.309</b>	<b>1.176</b>	<b>(12.748)</b>	<b>(2.855)</b>	<b>(10.042)</b>	<b>(32.437)</b>	<b>(12.550)</b>	<b>(30.362)</b>
Atribuído a acionistas controladores									(12.534)	(30.304)
Atribuído a acionistas não controladores									(16)	(58)

**NOTA 29 - RESULTADOS POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

Em atendimento ao CPC 31 (IAS 33) aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

**a) Movimentação do número de ações:**

<b>Quantidade de Ações em 31/12/2010</b>	<b>405.720.000</b>
+ Subscrições ocorridas em 2011	101.430.000
<b>Quantidade de Ações em 31/12/2011</b>	<b>507.150.000</b>

Em 28 de agosto de 2011, a Companhia, através de Reunião do Conselho de Administração homologou o aumento de seu capital social, deliberado pelo Conselho em 28 de junho de 2011 passando-o de R\$ 49.107 mil, para R\$ 83.593 mil, com a emissão e subscrição pelos atuais acionistas de 101.430.000 ações sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,34

**b) Resultado por ação**

A integralidade das ações da Companhia é composta por ações ordinárias, não existindo diferenciação na participação das mesmas no resultado. Da mesma forma, a Companhia não possui quaisquer outros títulos que potencialmente possam ser convertidos em ações tais como debêntures, partes beneficiárias de lucros entre outros, tampouco possui ações em tesouraria, desta forma apresenta o mesmo valor do prejuízo básico e diluído por ação.

<b>Quantidade de Ações em 31/12/2011 (em milhares)</b>	<b>507.150</b>
Resultado do exercício	(12.534)
Resultado por ação básico e diluído	(0,0247)

**NOTA 30 - RECONCILIAÇÃO DA APURAÇÃO DO IRPJ E DA CSLL DIFERIDOS**

Abaixo, segue quadro que apresenta a reconciliação do IRPJ e da CSLL que a controlada indireta Companhia Minuano de Alimentos mantém os créditos fiscais decorrentes destas bases devidamente registrados como seus ativos.

<b>Descrição</b>	<b>31/12/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Resultado antes do IR/CSL</b>	<b>(12.840)</b>	<b>(18.737)</b>
<b><u>+ Adições</u></b>		
Adições temporárias diversas	16.025	6.400
Adições permanentes diversas	61.312	2.326
<b><u>(-) Exclusões</u></b>		
Reversão de adições temporárias	(13.066)	(4.119)
Exclusões permanentes	(58.145)	(1.444)
Exclusões decorrentes de parcelamentos fiscais	-	(12.133)
<b>Prejuízo Fiscal/Base Negativa de Contribuição Social</b>	<b>(6.714)</b>	<b>(27.707)</b>
<b>Saldo de IR/CSL Diferido decorrente de Prej. Fiscal e Base Negativa</b>	<b>2.283</b>	<b>9.420</b>
+ Constituição de IR/CSL Diferido sobre Contingências	701	
+/- Movimentação do IR/CSL Diferido Ativo	-	
Provisões para Contingencias	-	107
Parcelamentos Fiscais	-	(18.590)
<b>Saldo de IR/CSL Diferido registrado no resultado</b>	<b>2.984</b>	<b>(9.063)</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Paulo Vicente Sperb</b>	Presidente
<b>Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger</b>	Vice Presidente
<b>Agostinho Dalla Valle</b>	Conselheiro
<b>Ernani Catalani Filho</b>	Conselheiro
<b>Peter Edward Cortes Marsden Wilson</b>	Conselheiro

**DIRETORIA**

<b>Sérgio Muradás</b>	Diretor
<b>Décio José Schnack</b>	Diretor de Relações com Investidores

**Sandro Demétrio Pereira Kluge**  
Contador – CRC 070150/O-2

#### **Anexo IV – Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9, 1, II Instrução CVM n 481)**

Não se aplica em virtude de Companhia ter registrado prejuízos nos últimos 3 anos.

#### **Anexo V - Comentários dos Administradores Relativos à Situação Financeira da Companhia**

De acordo com o disposto no art. 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer até um mês antes da data marcada para a realização da Assembléia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Em atendimento a Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, reportamos os comentários dos administradores conforme item 10 da mesma instrução.

#### **1) Comentário dos Administradores**

##### **a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O resultado líquido, antes dos impostos, foi de (R\$15.534M). Quando comparado com o ano de 2010 (R\$ 21.299M), houve uma geração positiva de resultados na ordem de R\$ 5.765M. Esta melhoria está relacionada à melhor gestão dos gastos da Companhia e da Controlada.

No ano de 2011, ocorreu uma nova emissão de ações, onde foram emitidas 101.430.000 ações, que culminaram no aumento de capital social para R\$ 83.593.000. Grande parte destes recursos foram utilizados para adequação de passivos, liquidação de dívidas, além de atender as demandas relacionadas à expansão dos negócios. As exitosas operações de capitalização ocorridas em 2010 e 2011, aliadas a resultados positivos gerados pela Controlada – Companhia Minuano de Alimentos, contribuíram para a reversão do patrimônio líquido que até o ano de 2010 apresentava um saldo de (R\$ 5.262M), para R\$ 16.705M ao final de 2011.

##### **b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

###### **i) Hipótese de resgate**

Não se aplica.

###### **ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não se aplica.

##### **c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A Companhia apurou um EBITDA negativo da ordem de R\$ 1.552M. Este resultado é sensivelmente melhor quando comparado ao obtido no exercício de 2010, cujo valor foi de R\$ 5.174M. Esta melhoria está relacionada à melhor gestão das despesas fixas da Companhia, principalmente as despesas administrativas, além disso, demonstra que a Companhia, apesar do crescimento acentuado em seu faturamento (49% superior ao ano de 2010), não sacrificou os resultados em suas operações. As linhas de crédito mantidas durante o ano de 2011, aliado ao processo de capitalização ocorrido neste mesmo ano, deram à Companhia a capacidade de pagamento necessária frente ao acentuado crescimento obtido no ano passado.

##### **d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

A Companhia possui operações de adiantamento de contratos de câmbio (ACCs), linhas de pré pagamentos e pré embarques vinculados às operações de exportações. Adicionalmente, a Companhia utiliza, além de recursos próprios, linhas de créditos junto a instituições financeiras para o financiamento de ativos circulantes.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

ACCs e limites de créditos bancários.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Conforme demonstrado no item “ii”.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Os empréstimos e financiamentos junto às instituições financeiras possuem as seguintes características e condições:

Descrição	Refer.	Encargos	Vencimento	31/12/2011	
				Circulante	Não Circulante
Banrisul S/A - ACC		USD + 6% a.a.	mar/12	4.182	-
Banrisul S/A - CCI	a)	CDI+6,17%a.a.	dez/12	2.747	-
Banco Topazio S/A - Giro	a)	CDI+2,15%a.m.	out/12	1.856	-
Bicbanco S/A - Giro	a)	CDI+1,30%a.m.	ago/12	2.358	-
Banco Sofisa S/A - Giro	b)	CDI+1,1% a.m.	dez/12	2.317	1.051
Acordos Bancários	d)	TR + 0,7% a.m.	mar/21	565	5.082
Arrendamento Mercantil		-	jul/13	70	147
Banrisul - Consórcio		-	-	32	-
Badesul S/A - Reaver	c)	TJLP+6,5% a.a.	mai/05	10.067	-
Limites de Crédito		-	-	2.523	-
<b>Totais</b>				<b>26.717</b>	<b>6.280</b>

*Legendas:*

- e) Operação com garantia de duplicatas e aval de sócios dirigentes;*
- f) Operação com garantia de duplicatas e imóvel particular de sócios dirigentes;*
- g) A operação Reaver (Caixa/RS) encontra-se vencida e sobre ela incide juros de 6,5% ao ano mais a variação da TJLP e multas por inadimplência. A mesma está garantida por garantias reais (hipoteca de imóveis) e avais dos administradores. A Companhia vem envidando esforços para a repactuação do saldo devedor.*
- h) Acordo bancário realizado em 25 de março de 2011 com o Banco do Brasil S/A referente aos processos judiciais nº 017/1.03.008.229-8 e 017/1.04.0002.561-0. O acordo firmado trouxe uma redução no passivo repactuado na ordem de R\$ 4.581 mil, ficando o saldo devedor restante renegociado para pagamento até o ano de 2021.*

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário**

Não se aplica.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não se aplica.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**1.2. Comentários dos Administradores**

O comentário a seguir contempla os seguintes itens:

**a. Resultados das operações do emissor:**

**i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

O faturamento da Companhia apresentou significativo crescimento neste ano, quando comparado com o ano de 2010, superando os 49%. Este crescimento está diretamente relacionado à retomada ocorrida ainda no ano de 2010, dos abates de frango, realizados na unidade de Passo Fundo (RS), cujo volume de faturamento, quando comparado com o ano de 2010, é superior em sete vezes. Outro fator que deve ser salientado é o crescimento ocorrido nas vendas de embutidos/industrializados de carnes, que obteve um crescimento em faturamento da ordem de 32%, e em volume vendido de 24%.

A Receita Líquida obtida no ano de 2011 sofreu um incremento da ordem de 52%, quando comparada ao ano de 2010. No ano, a receita líquida atingiu o valor de R\$ 181MM, sendo que no ano de 2010, este valor fora de R\$ 119MM. Este crescimento, conforme já ressaltado anteriormente, está relacionado diretamente à retomada dos abates próprios. Os custos de produção, e o resultado bruto, mantiveram-se nos mesmos níveis percentuais quando comparados a 2010.

Com o crescimento da participação da produção de embutidos/industrializados, bem como com a retomada dos abates próprios de aves, a composição da receita da Controlada – Companhia Minuano de Alimentos sofreu uma sensível mudança em sua composição, aonde a produção e comercialização de produtos com marca própria representam 64% de toda a receita, ficando a prestação de serviços a terceiros com 36% de participação. No ano de 2010, tais participações foram de 49% e 51% respectivamente.

**ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Nada a comentar

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Nada a comentar

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

As variações de preços dos principais insumos não foram impactantes na geração de resultados da Companhia, bem como de suas controladas. Por sua vez, as variações nas taxas de câmbio, quando comparadas ao ano de 2010, se mantiveram em linha. Por sua vez, as linhas de crédito bancário operadas pela Companhia, e controladas, estiveram em condições semelhantes as de mercado, não influenciando na formação do resultado do ano de 2011.

A seguir, segue demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. A tabela resumo abaixo facilita a compreensão dos dados. (valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010	2009
Receita Bruta Consolidada sem eliminações	195.440	130.789	134.855
Lucro Bruto Consolidado	12.985	9.399	20.839
Resultado Operacional Consolidado	(6.750)	(6.031)	(180.269)
EBITDA Consolidado	(1.552)	(5.174)	10.966
Prejuízo por Ação	(0,0247)	(0,0747)	(0,5412)

**1.3. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Nada a destacar.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Nada a destacar.

**1.4. Os diretores devem comentar**

**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Não houveram mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano de 2011.

**a.1 Demonstrações Contábeis Consolidadas**

As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais de Demonstrações Contábeis (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

**a.2 Demonstrações Contábeis Individuais**

As Demonstrações Contábeis individuais da Companhia também foram elaboradas com base nas normas internacionais de contabilidade, exceto com relação a avaliação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, e conforme as IFRS seria custo ou valor justo. As demonstrações contábeis da controladora estão sendo publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas.

**a.3 Mudanças em Políticas Contábeis**

Não houveram mudanças nas políticas contábeis adotadas pela Companhia durante o ano de 2011.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

No parecer dos Auditores Independentes estão apresentadas uma ressalva e uma ênfase. A Ressalva está vinculada a divergência apurada entre o valor de débito fiscal consolidado pela Controlada Companhia Minuano de Alimentos apresentado pela Receita Federal do Brasil, e o valor efetivamente reconhecido pela Controlada em sua contabilidade. Esta divergência, no valor atualizado de R\$ 57.000M, está relacionada a valores de Imposto de Renda e de Contribuição Social apurados no ano de 2006, quando do reconhecimento do saldo de Crédito Premio que à época havia sido habilitado pela Receita Federal do Brasil em favor da Companhia Minuano de Alimentos. Os valores destes impostos estão sendo contestados pela controlada, uma vez que por ter havido o estorno do saldo de créditos apurados em períodos posteriores a outubro de 1990, pela

interpretação da empresa em conjunto com seus assessores jurídicos, tal tributo não poderia ser objeto de cobrança por parte da Receita Federal. Em dezembro de 2011, a Companhia Minuano de Alimentos ingressou judicialmente solicitando a interrupção da prescrição deste débito, evitando assim a homologação por decurso de prazo deste valor. A Ressalva anterior possui ligação a Ênfase destacada pelos Auditores no que se refere ao crédito tributário decorrente de trânsito em julgado de ação judicial do IPI (crédito prêmio exportação) mantido pela controlada Companhia Minuano de Alimentos no montante de R\$ 37.364M. Vinculado a este crédito, existem os seguintes fatos:

**a)** apesar do direito ao crédito já ter sido reconhecido formalmente pelo fisco, em 04/09/2009 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o PARECER/DRF/SCS/RS/Saort nº126/2009 revogando o Pedido de Habilitação do Crédito. Contudo, os assessores jurídicos entendem que a sentença transitada em julgado e as correspondentes legislações vigentes asseguram o direito líquido e certo da Companhia de usufruir o benefício fiscal;

**b)** A Controlada Companhia Minuano de Alimentos utilizou parcela do referido crédito tributário no pagamento integral, mediante compensação, de débitos tributários de R\$ 25.386M. Assim sendo, a Administração, seguindo orientação de seus consultores jurídicos, impetrou ação judicial e administrativa visando garantir o direito a compensação dos referidos tributos;

**c)** Em 19/05/2011 a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Santa Cruz do Sul/RS, emitiu o Despacho Decisório DRF/SCS nº 168, de 19 de maio de 2011, através do qual revogou o Despacho decisório DRF/SCS/Saort nº 272, de 04/09/2009 e o Parecer/DRF/SCS/RS/Saort nº 126, de 04/09/2009 e determinou a adoção de providências para apuração do respectivo benefício fiscal, o que levou a Controlada a requerer o restabelecimento da habilitação do crédito tributário constante no respectivo processo administrativo.

**1.5. Indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

As Demonstrações Contábeis da Companhia e de suas controladas incluem estimativas referentes à:

- 1) Provisões de natureza trabalhista,
- 2) Provisão para contingências,
- 3) Provisão para devedores duvidosos,
- 4) Provisões operacionais e outras avaliações similares (quando aplicável);
- 5) Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*);

Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável.

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

O caixa e equivalentes de caixa estão compostos pelos numerários em fundo fixo de caixa, mantidos pela Companhia e suas controladas, bem como pelos depósitos em conta corrente.

**b) Clientes**

As contas a receber são mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para perdas no recebimento de créditos. Em 31 de dezembro de 2011, os saldos das Contas a Receber de Clientes referem-se a vendas nos mercados interno e externo.

**c) Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido

realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas.

**d) Impostos a Recuperar**

Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e também por retenções na fonte.

**e) Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes**

Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**f) Investimentos**

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo.

**g) Ativos Biológicos**

De acordo com a Deliberação CVM nº 596/09, os ativos biológicos são mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

**h) Imobilizado**

De acordo com a Deliberação CVM nº 583/09, a Companhia e suas controladas, estabeleceram adotar o critério do custo atribuído de aquisição ou construção para tratamento contábil de seus ativos imobilizados. A Companhia e as suas controladas deverão efetuar periodicamente a análise de seus valores recuperáveis, ajustando os critérios que determinam a vida útil estimada e o respectivo cálculo de depreciação sendo eventuais efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas contabilizadas prospectivamente.

**i) Intangível**

Os valores relativos a marcas e patentes e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM nº 644/10.

**j) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

No fim de cada exercício a Companhia e suas controladas, revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o possível montante dessa perda. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**k) Empréstimos e Financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

**l) Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes**

Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil a Administração da Companhia e de suas controladas, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procederam à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de ativos e passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro.

**m) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos**

Quando aplicável, os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente e os de curto prazo, quando seu efeito é considerado relevante em relação ao conjunto das demonstrações

contábeis. A Companhia e suas controladas efetuaram os cálculos levando em consideração os fluxos de caixa específicos de cada ativo, ou passivo, em consonância com Deliberação CVM nº 564/08.

**n) Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido**

O encargo de imposto de renda e contribuição social é calculado com base nas alíquotas vigentes. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no encerramento de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos das demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, e também sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa, os quais são reconhecidos quando for provável que a Companhia e suas controladas apresentarão lucros tributáveis futuros em montante suficiente para que tais tributos possam ser utilizados, sendo que quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir sua recuperação, seus valores são ajustados pelo montante esperado de recuperação.

**o) Reconhecimento das Receitas de Vendas e de Serviços - Consolidado**

A receita é reconhecida:

- (i) quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

**1.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, comentar:**

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

Com base nas melhores práticas, a Companhia, busca manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são frequentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das Áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração.

As verificações por amostragem realizadas pela Auditoria Externa, não identificaram falhas relevantes que possam comprometer a segurança dos controles internos.

**b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.** e suas Controladas, em 31 de dezembro de 2011, o Resultado de suas Operações, as Mutações do seu Patrimônio Líquido, os seus Fluxos de Caixa e os Valores Adicionados, bem como as respectivas Demonstrações Consolidadas do Resultado, do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emanadas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

**1.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, comentar:**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não se aplica.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**c. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não se aplica.

**d. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não se aplica.

**1.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não se aplica.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não se aplica.

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não se aplica.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica.

**1.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 1.8, comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não se aplica.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não se aplica.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não se aplica.

**1.10. Indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. investimentos, incluindo:**

**i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Em 2011 os investimentos realizados pela Controlada totalizaram R\$ 8,3MM (R\$ 2,4MM em 2010). Dentre os principais investimentos, citamos aqueles relacionados à ampliação da capacidade de abate e produção da unidade frigorífica de Passo Fundo, investimentos vinculados a equipamentos para produção de industrializados de frango, novos equipamentos para Fábrica de Rações, e investimentos em melhorias nos processos industriais das demais unidades.

**ii. Fontes de financiamento dos investimentos**

As fontes de financiamento dos investimentos originaram-se de fornecedores de ativo fixo e do processo de capitalização ocorrido em 2011.

**iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não se aplica.

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica.

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

**i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica.

**ii. Montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica.

**iv. Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica.

**1.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Nada a comentar.

**Anexo VI – Currículo dos Candidatos e as Informações Indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.**

**12.6 – Em relação a cada um dos administradores e membros do Conselho Fiscal do emissor, indicar:**

**Órgão: Conselho de Administração:**

Nome	Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Paulo Vicente Sperb	Agostinho Dalla Valle	Peter Edward Cortes Marsden Wilson	Ernani Catalani Filho
Idade	65	62	60	40	48
Profissão	Administrador de Empresa	Engenheiro Mecânico	Administrador de Empresas	Economista	Economista
CPF	018.019.450-04	135.969.770-53	117.713.990-15	168.126.648.20	046.823.318-09
Cargo eletivo ocupado	Presidente Conselho de Administração	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro
Data da Eleição	30.04.2012	30.04.2012	30.04.2012	30.04.2012	30.04.2012
Data da Posse	30.04.2012	30.04.2012	30.04.2012	30.04.2012	30.04.2012
Prazo do Mandato	1 ano Até AGO 2013	1 ano Até AGO 2013	1 ano Até AGO 2013	1 ano Até AGO 2013	1 ano Até AGO 2013
Outros Cargos ou Funções Exercidos no Emissor	Vice Presidente do CA	Diretor Presidente e de RI	Conselheiro	Conselheiro	Conselheiro
Eleito Pelo Controlador?					

**12.7 – Não se aplica.**

**12.8.a – Currículos**

**1. Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger**

**Formação Acadêmica:**

Bacharel em Ciências Contábeis, com especialização em agroindústria  
 Participação em cursos e seminários focados na criação e industrialização de aves e suínos.

**Histórico Profissional:**

**Companhia Minuano de Alimentos:**

De 01/03/1964 a 01/08/1977 - Auxiliar Administrativo  
 De 02/08/1977 a 30/04/1997 - Diretor com atuação nas áreas de produção de rações, ovos férteis, pintos de um dia, logística de frota de veículos, suprimentos  
 De 01/07/2008 a atual - Diretor  
 De 03/12/1984 a 30/04/1997 - Conselho de Administração

**Minupar Participações S/A. (Companhia Aberta)**

De 14/07/1990 a 11/08/2006 - Diretor  
 De 30/04/1997 a 25.08.2011 - Presidente do Conselho de Administração  
 De 25.08.2011 a atual - Vice Presidente do Conselho de Administração

**Frigumz Alimentos S/A.**

De 25/03/1994 a 29/11/2007 - Diretor

**2. Paulo Vicente Sperb**

**Formação Acadêmica:**

Graduado em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Porto Alegre.

Participação em vários seminários e palestras e nas principais feiras de alimentos no Brasil, USA, França e Alemanha.

**Histórico Profissional:**

**Companhia Minuano de Alimentos:**

De 04/12/1984 a atual - Diretor

De 03/12/1984 a 30/04/1997 - Conselho de Administração

**Minupar Participações S/A. (Companhia aberta)**

De 14/07/1990 a 30/06/1996 - Diretor

De 1º/07/1996 a atual - Presidente

De 30/07/2003 a 12/05/2005 - Conselho de Administração

De 20/06/2007 a 12/05/2009 - Conselho de Administração

De 25.08.2011 a atual - Presidente do Conselho de Administração

**Frigumz Alimentos S/A.**

De 25/03/1994 a 27/07/2003 - Diretor

De 30/07/2004 a 29/11/2007 - Diretor

**3. Agostinho Dalla Valle**

**Formação Acadêmica:**

**Conselheiro de Administração** - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, 2007;

**Mestrado em Administração** - UFRGS – 2005/2006

**Ciências Contábeis:** Universidade de São Paulo - 1980;

**Administração de Empresas:** Universidade de São Paulo -1977;

**Idiomas:** Italiano, fluente; Francês, fluente; Espanhol, avançado, Inglês avançado

**Histórico Profissional:**

Carreira de 33 anos construída na área de Gestão de Negócios envolvendo toda a cadeia de valores e a responsabilidade pelos resultados. Essa trajetória profissional possibilitou vivenciar distintas realidades em termos de regiões de atuação (São Paulo, Paraná, RS, França, Itália, Argentina), assim como distintas atividades (calçados, financeira, prevalecendo o *agribusiness*), em empresas de diversas culturas e diferentes status organizacional.

Nos últimos 23 anos ocupando cargos de gerência e diretoria (Diretor Executivo, Diretor Superintendente, Diretor Geral e Presidente).

**Consultoria Empresarial e Membro de Conselho de Administração**

**Período:** Final de 2008 até atual

**Grupo Diplomata – Avicultura, Suinocultura, Laticínios e Inst. Financeira**

**Período:** Janeiro/06 a outubro 2008

**Cargo:** CEO do Grupo até março/07 em Cascavel-PR - e após como Presidente da SulFinanceira S. A.- CFI em Porto Alegre.

**Amapá S.A. – Calçados**

**Período:** fevereiro/04 a junho/05

**Cargo:** Gerente Geral

**Grupo Sagemuller (Argentina) – Avicultura, Farinhas, Petfood**

**Período:** fevereiro/01 a janeiro/04

**Cargo:** Diretor Superintendente

**Grupo Senfter (Itália) – Alimentos**

**Período:** maio/99 a setembro/00

**Cargo:** Diretor Executivo

**Groupe Doux (França) – Avicultura**

**Período:** setembro/97 a abril/99

**Cargo:** Diretor Executivo

**Grupo PenaBranca – Avicultura , Suinocultura, Farinhas**

**Período:** abril/85 a junho/97

**Cargo:** Diretor Executivo

**Duratex S.A.(Grupo Itausa) – Indústria de Metais e Louças Sanitárias**

**Período:** agosto/75 a abril/85

**Cargo:** Gerente Unidade de Negócios

**Minupar Participações S/A.**

De 25.08.2011 a atual

- Conselho de Administração

**Atuação em Conselhos de Administração:**

**Centro Clínico Gaúcho** – Porto Alegre (RS)

**Tondo S/A** – Caxias do Sul (RS)

**Docile Indústria de Alimentos Ltda** – Lajeado (RS)

**Trabalhos Publicados:**

- **Fraudes, Controle Interno e Auditoria** - artigo Instituto Brasileiro de Auditoria Interna
- **Crédito ou Credibilidade?** – artigo Jornal do Comércio
- **Turnaround Empresarial** – Uma Abordagem Estratégica - Revista Think (ESPM)
- **Livro: “Virando o Jogo – da Crise para a Recuperação”**- Editora Sulina 2010

**4. Peter Edward Cortes Marsden Wilson**

**Formação Acadêmica:**

**2008 Fundação Getúlio Vargas – Escola de Economia de São Paulo**

Mestrado em Economia . Dissertação: Influência da queda das taxas de juros e canal de crédito na formação de um mercado secundário de hipotecas no Brasil

**2000 Fundação Getulio Vargas – EAESP São Paulo**

MBA em Finanças

**1993 Fundação Getulio Vargas – EAESP São Paulo**

Graduação em Administração Pública

**Outros Cursos**

**2004 Haas School of Business** – Valuation e Estratégia de Negócios voltado para Crescimento

**1997 New York Institute of Finance** – Portfolio Management Theory & Practice

**Idiomas:** Inglês, 2ª língua

**Histórico Profissional:**

**Managrow Consultoria Estratégica em Finanças Ltda., São Paulo (10/2007 – Presente)**  
**Sócio**

**PHI CAPITAL MANAGEMENT , São Paulo (04/2004 – 10/2007)**

**Gestor de Patrimônio**

**GRUPO OURINVEST**

**Dartley Bank & Trust Nassau, Bahamas (01/2003 – 04/ 2004)**

**Diretor adjunto / Diretor de investimentos**

**Ourinvest Asset Management, Ltd., São Paulo/Grand Cayman Island (05/2001 – 01/2003)**

**Gerente Financeiro Senior**

**Globalvest Management L.P/Latinvest Asset Management - São Paulo (05/1999 – 05/2001)**

**Gestor de investimentos**

**A.T. Kearney Management Consultants - São Paulo (05/1998 – 05/1999)**

**Associate**

**BNP Asset Management, Ltda. –Gestor de Investimento– São Paulo (01/1998 – 05/1998)**

**Banque Nationale de Paris - Controller America da Latina– New York (04/1997 – 12/1997)**

**Banque Nationale de Paris - Tesouraria – Trader - São Paulo/New York (04/1993 – 04/1997)**

**Minupar Participações S/A.**

De 25.08.2011 a atual

Conselho de Administração

**Outras Atividades:**

**BSP São Paulo**

Professor do Curso de Valuation, Fusões e Aquisições e Estratégia dos cursos Executive MBA e MBA Executivo

**EESP FGV - São Paulo**

Professor convidado do Curso de Investimentos do Mestrado em Finanças

**Profins**

Professor do Curso de Valuation e Fusões e Aquisições

**5. Ernani Catalani Filho**

**Formação Acadêmica:**

Graduado em Ciências Econômicas, UNISANTANA 1995

MBA em Gestão Empresarial Estratégica, USP 2006

Relações com Investidores, Saint Paul Escola de Finanças 2010

Cursando Filosofia, Universidade São Judas

**Histórico Profissional**

**Novinvest CTVM – São Paulo (SP)**

Agente Autônomo de Investimento

Período: 2000 a atual

**Votorantin CTVM – São Paulo (SP)**

Operador de Pregão  
 Período: 05/1997 a 05/2000

**Sogeral CTVM – São Paulo (SP)**

Operador de Pregão  
 Período: 10/1992 a 05/1997

**Minupar Participações S/A.**

De 25.08.2011 a atual                      Conselho de Administração

**12.8.b – Descrição de qualquer dos seguintes eventos ocorridos durante os últimos 5 anos:**

Nome	Condenação criminal	Condenação em processo administrativo da CVM e penas aplicadas	Condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Paulo Vicente Sperb	Não	Sim. Multa Pendente de Recurso perante o CRSFN	Não
Agostinho Dalla Valle	Não	Não	Não
Peter Edward Cortes Marsden Wilson	Não	Não	Não
Ernani Catalani Filho	Não	Não	Não

**12.9 – Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau:**

- a. Parentesco 2º grau por afinidade entre Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger e Paulo Vicente Sperb (cunhados)
- b. Entre os demais não existe nenhuma relação entre administradores do emissor referidos nos itens “a”, “b”, “c” e “d”.

**12.10 – Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos últimos 3 exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

Não ocorreu nenhuma das hipóteses dos itens “a”, “b” e “c”.

**Anexo VII - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais**

**REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

**Remuneração dos Administradores**

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no § 2º do art. 17 do Estatuto Social, compete à Assembléia Geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembléia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2012, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais). O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

De acordo com o disposto no art. 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a Assembléia Geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

**a - Práticas de Remuneração**

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária e na Lei 6404/76.

Os honorários anuais do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

**b – Remuneração reconhecida no resultado - honorários**

**Órgão: Conselho de Administração**

<b>Anos</b>	<b>2011</b>
Membros	3,67
R\$	484.166,50

**Órgão: Diretoria Estatutária**

<b>Anos</b>	<b>2011</b>
Membros	2
R\$	67.416,00

**Remuneração prevista para o exercício de 2012**

**Órgão, Nº de membros e Honorários**

<b>2012</b>	<b>Membros</b>	<b>Remuneração</b>
Conselho de Administração e Diretoria Estatutária	7	R\$ 1.500.000,00

c – Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedades controladas, por membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária em 31 de dezembro de 2011.

Companhia (Minupar Participações S/A.)

Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal

Órgão	Nº de ações
Conselho de Administração	115.485.590
Diretoria Estatutária	85.610.759

d – Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores

Órgão: Conselho de Administração

Anos	2011
Membros	7
%	100

Órgão: Diretoria Estatutária

Anos	2011
Membros	2
%	100

e - Valores reconhecidos no resultado de controladas

Os valores reconhecidos no resultado da controlada Companhia Minuano de Alimentos, demonstrados na tabela abaixo, referem-se à remuneração de membros da Diretoria daquela Controlada.

Companhia Minuano de Alimentos

Órgão: Diretoria Estatutária

Anos	2011
Membros	4
R\$	679.517,00

Anexo VIII - Ata de Reunião do Conselho de Administração em 28.setembro.2011

## ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**1. REALIZAÇÃO:** Em 28 de setembro de 2011, às 11h00min, na sede da Companhia na Av. Sen. Alberto Pasqualini, 1535, Bairro São Cristóvão, na cidade de Lajeado (RS), CEP 95900-000.

**2. PRESENCAS:** A totalidade dos membros que compõem o Conselho de Administração.

**3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** Sr. PAULO VICENTE SPERB, Presidente e Sr. AGOSTINHO DALLA VALLE, Secretário.

**4. DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade de votos os presentes deliberaram:

**4.1** – Aprovar a lavratura da presente ata nos termos dos §§ 1º do art. 130 da Lei 6404/76.

**4.2** – Em decorrência da conclusão da operação de emissão particular de subscrição de ações aprovada pelo Conselho de Administração em 28 de junho de 2011:

**4.2.1** – Homologar o aumento do Capital Social da Companhia, deliberado pela RCA realizada em 28.06.2011, de R\$ 49.106.800,00 para R\$ 83.593.000,00, representado por 507.150.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, em decorrência da subscrição da totalidade das 101.430.000 ações, todas Ordinárias, sem valor nominal, ao preço de subscrição de R\$ 0,34, cada ação, integralizadas no ato da subscrição, de acordo com o Relatório de Subscrição elaborado pela instituição depositária das ações – Itaú-Unibanco S/A. (anexo 1);

**4.2.2** – Em consequência da deliberação retro o Capital Social da Companhia passa a ser de R\$ 83.593.000,00 (oitenta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) representado por 507.150.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.

**4.2.3** – Caberá à próxima Assembléia Geral a alteração do Art. 5º do Estatuto Social, que então passará a ter a seguinte redação: "*Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 83,593.000,00 (oitenta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) representado por 507.150.000 (quinhentas e sete milhões, cento e cinquenta mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.*"

**4.2.4** – Declarar cumpridas todas as formalidades inerentes ao aumento do Capital Social da Companhia mediante a emissão particular de 101.430.000 ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, conforme está expresso no Relatório de Subscrição elaborado pela instituição depositária das ações – Itaú-Unibanco S/A. (anexo 1).

**4.3** – Aceitar o pedido de renúncia do Diretor Presidente Sr. Antonio Apércio Klein, após análise dos motivos.

**4.4** – Eleger para o cargo de Diretor, sem designação específica, da Companhia o Sr. Sérgio Muradás, brasileiro, casado, Administrador de Empresas, portador da Carteira Nacional de Habilitação 01276818029, expedida pelo DETRAN-RS e CPF 442.107.950-20, residente e domiciliado na rua Federação, 1978/402, Centro, na cidade de Taquara (RS), CEP 95960-000. O diretor eleito declara para todos os fins e efeitos legais que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividades mercantis.

**4.5** – Manter vago, temporariamente, o cargo de Diretor Presidente da Companhia.

**5. ENCERRAMENTO:** Esgotados os assuntos da ordem do dia a reunião foi suspensa para a lavratura da presente ata que, após lida e em tudo achada conforme, é ratificada e assinada pelos presentes, dela tirando-se cópias para os fins legais.



Lajeado (RS) 28 de setembro de 2011.

**Paulo Vicente Sperb**  
Presidente

**Agostinho Dalla Valle**  
Secretário

**Sérgio Roberto Jaeschke Jaeger**  
Vice-Presidente

**Peter Edward Cortes Marsden Wilson**  
Conselheiro

**Ernani Catalani Filho**  
Conselheiro

**Anexo IX – Proposta do Conselho de Administração – Alteração Estatuto Social**

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21.03.2012, foi aprovado por unanimidade dos membros do Conselho, submeter à apreciação da Assembléia Geral dos acionistas a realizar-se dia 30 de abril de 2012, as seguintes alterações no Estatuto Social da Companhia:

1. Aumentar a autorização do limite para aumento do Capital Social de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações para 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de ações, todas Ordinárias Nominativas, sem valor nominal;
2. Alterar a redação do Art. 19 do Estatuto Social, com o objetivo de permitir a eleição, para o Conselho de Administração, de qualquer pessoa natural, nos termos da redação atual do Art. 146 da Lei 6404/76.

**Anexo X – Estatuto Social com Descrição da Atual Redação e da Redação Proposta**

Redação Atual	Redação Proposta
Artigo 1º - <b>MINUPAR PARTICIPAÇÕES S/A.</b> “ <b>Companhia</b> ”, é uma sociedade anônima que se rege pelo presente estatuto e pelas normas pertinentes.	INALTERADO
Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e Foro na cidade de Lajeado, podendo criar e extinguir filiais, agências ou outros estabelecimentos em todo o país e no exterior.	INALTERADO
Artigo 3º - A Companhia tem por objetivo: a) Participação no capital de outras sociedades; b) Indústria e comércio, importação e exportação de produtos alimentícios em geral, inclusive carnes, ovos, rações para animais, cereais e outros de origem animal e vegetal, bem como seus derivados e conexos; c) Criação, abate, comercialização, importação e exportação de aves; d) Comercialização de sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, implementos para agricultura e avicultura, medicamentos para uso veterinário, pintos de um dia, móveis, esquadrias de madeira e matérias-primas concernentes a seus ramos de atividade; e) florestamento e reflorestamento; f) Representação e prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividade, inclusive de carpintaria e construção civil.	INALTERADO
Artigo 4º - O prazo de duração é indeterminado.	INALTERADO
Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 49.106.800,00 (quarenta e nove milhões cento e seis mil e oitocentos reais) representado por 405.720.000 (quatrocentas e cinco milhões e setecentas e vinte mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.	Artigo 5º - O Capital Social da Companhia é de R\$ 83.593.000,00 (oitenta e três milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) representado por 507.150.000 (quinhentas e sete milhões, cento e cinquenta mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.
Artigo 6º - A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independente de reforma estatutária, até o limite de 1.000.000.000 (Hum bilhão) de ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.	Artigo 6º - A Companhia tem autorização para aumentar o Capital Social, independente de reforma estatutária, até o limite de 1.500.000.000 (Hum bilhão e quinhentas mil) ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal.
Artigo 7º - Cada ação ordinária dá direito a um voto na Assembléia Geral.	INALTERADO
Artigo 8º - As ações terão a forma escritural e serão mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Companhia designar, sem emissão de certificados.	INALTERADO
Artigo 9º - Os acionistas na proporção das ações que possuírem, terão direito de preferência para a subscrição de novas ações e/ou de valores mobiliários conversíveis em ações. § Primeiro - O prazo para exercício do direito de preferência será de trinta dias, contados a partir da data de publicação, no diário oficial, da ata de autorização do respectivo aumento ou do competente aviso. O órgão que autorizar a emissão poderá ampliar o prazo mencionado, até o dobro. § Segundo - Após a sociedade converter-se em Companhia Aberta, com estatuto contendo autorização	INALTERADO

<p>para aumento de capital, poderá ser excluído pelo órgão competente para respectiva emissão, o direito de preferência, em quaisquer emissões de ações, debêntures, ou partes beneficiárias, conversíveis em ações, e bônus de subscrição cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores, subscrição pública de aquisição de controle, consoante dispuser a lei.</p>	
<p>Artigo 10 - Nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, ou conversão destas de títulos ou créditos, a Assembléia Geral ou o Conselho de Administração, se houver, poderá estabelecer que ao novo capital sejam atribuídos dividendos calculados “pro-rata temporis”, tendo em vista a época de sua homologação ou conversão, desde que seja dado conhecimento antecipado do fato aos interessados.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 11 - A Instituição Financeira depositária das ações escriturais poderá cobrar o custo em serviços de transferência da titularidade das ações, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 12 - A companhia poderá converter as ações escriturais em outra forma legalmente admissível.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 13 - Caso a companhia exerça a faculdade prevista no artigo 12 supra, a diretoria poderá suspender os serviços de desdobramentos, agrupamentos e transferência pelo prazo máximo de 15 dias consecutivos, antes da realização da Assembléia Geral, ou 90 dias intercalados durante o ano.          § Único - Na mesma hipótese a Companhia poderá cobrar pelos serviços de expedição de 2ª via do certificado de ações nominativas, bem como pelos acima mencionados, salvo o último, preço não superior ao custo respectivo.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 14 - As ações decorrentes de bonificação serão emitidas no prazo máximo de sessenta dias a contar da publicação da ata que a autorizar.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 15 - A Assembléia Geral, com a competência prevista em lei, reúne-se ordinariamente dentro dos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 16 - A Assembléia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, ou na falta deste, pelas pessoas previstas em lei, sendo seus trabalhos instalados e dirigidos por mesa composta pelo Presidente do Conselho de Administração e por outro membro deste, ou, em falta destes, por presidente e secretário escolhidos pelos acionistas presentes.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 17 - A companhia poderá exigir, dentro do prazo fixado no anúncio de convocação, a entrega de procuração na sede social sob pena de não poder o mandatário exercer o mandato. Poderá também suspender, pelo mesmo período, obedecidas as limitações legais, as transferências, conversões e desdobramentos de ações.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 18 - A administração da companhia incumbe ao Conselho de Administração e à Diretoria, cujos membros serão eleitos por um mandato de um ano, podendo ser reeleitos.          § Primeiro - A investidura de cada um dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria far-se-á</p>	<p align="center">INALTERADO</p>

<p>mediante termo lavrado no livro de atas de reuniões do respectivo órgão e permanecerão no pleno exercício de suas funções até a investidura dos novos eleitos.</p> <p>§ Segundo - Compete à Assembléia Geral fixar a remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. A remuneração poderá ser votada, em verba individual, para cada membro, ou em verba global, cabendo então ao Conselho de Administração deliberar sobre sua distribuição.</p> <p>§ Terceiro - Os administradores perceberão, além da remuneração referida no parágrafo anterior, a participação nos lucros referidos no artigo 37.</p>	
<p>Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembléia Geral dentre os acionistas da companhia.</p> <p>§ Único - O presidente e até dois vice-presidentes do Conselho de Administração serão eleitos entre e pelos seus membros.</p>	<p>Artigo 19 - O Conselho de Administração será composto por 3 (três) a 9 (nove) membros, pessoas naturais, acionistas ou não, eleitos pela Assembléia Geral.</p> <p>§ Único - O presidente e até dois vice-presidentes do Conselho de Administração serão eleitos entre e pelos seus membros.</p>
<p>Artigo 20 - É facultado a qualquer conselheiro efetuar indicação específica de outro conselheiro para substituí-lo em suas ausências ou impedimentos temporários.</p> <p>§ Único - No caso de vaga, será convocada a Assembléia Geral para, dentro de 30 (trinta) dias, eleger o titular que deverá cumprir o restante do mandato.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 21 - O Conselho de Administração reunir-se-á sempre que convocado por seu presidente ou por qualquer um dos Conselheiros.</p> <p>§ Primeiro - As reuniões serão convocadas mediante comunicação por escrito, expedida com antecedência mínima de 3 (três) dias, na qual constará o local, data e ordem do dia, salvo casos de manifesta urgência, quando o prazo poderá ser reduzido.</p> <p>§ Segundo - Serão consideradas regulares as reuniões a que comparecerem todos os membros independente de quaisquer formalidades preliminares ou desde que todos manifestem sua concordância na dispensa das mesmas.</p> <p>§ Terceiro - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar, será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício, sendo considerado como presente aquele que estiver, na ocasião, representado por seu substituto ou que tiver enviado seu voto por escrito.</p> <p>§ Quarto - As deliberações serão tomadas por maioria de votos, devendo constar de atas lavradas no livro próprio.</p> <p>§ Quinto - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, em suas ausências ou impedimentos aos Vice-presidentes:</p> <p>a) Presidir as reuniões do órgão;</p> <p>b) Supervisionar os serviços administrativos do órgão;</p> <p>c) Representar o órgão na hipótese da alínea "i" do artigo 22.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 22 - Compete ao Conselho de Administração:</p> <p>a) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;</p> <p>b) Aprovar planos de desenvolvimento, bem como os investimentos necessários a sua execução;</p> <p>c) Aprovar orçamentos anuais e plurianuais de operações e/ou de investimentos;</p> <p>d) Acompanhar em caráter permanente o desenvolvimento e desempenho da sociedade;</p>	<p align="center">INALTERADO</p>

- e) Estabelecer a estrutura administrativa da sociedade e aprovar o seu Regimento Interno;
  - f) Eleger e destituir Diretores da Companhia, fixando-lhes as atribuições respectivas;
  - g) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
  - h) Fixar e distribuir, dentro dos limites estabelecidos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, a remuneração dos administradores quando votada em verba global, bem como a participação de empregados;
  - i) Estabelecer planos previdenciários e benefícios para os empregados e administradores da companhia;
  - j) Convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
  - k) Manifestar-se sobre o relatório da administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
  - l) Deliberar “ad referendum” da Assembléia Geral, sobre os pagamentos de dividendos, inclusive intermediários;
  - m) Manifestar-se sobre o encaminhamento a Assembléia Geral de qualquer proposta de iniciativa da Diretoria, inclusive de aumento de capital, destinação de lucros e alterações estatutárias, sempre que julgar conveniente;
  - n) Autorizar a criação e extinção de quaisquer estabelecimentos da Companhia, destacado o capital necessário;
  - o) Escolher e destituir os Auditores Independentes;
  - p) Autorizar a aquisição de ações de emissão da companhia para efeito de cancelamento ou de permanência em tesouraria e posteriormente aliená-las;
  - q) Manifestar-se sobre quaisquer atos ou contratos que a diretoria submeter a sua aprovação;
  - r) Autorizar o aumento de capital previsto no Artigo 6º;
  - s) Avocar para sua decisão qualquer assunto que julgar importante a orientação dos negócios da companhia, respeitada a competência da Assembléia Geral;
  - t) Autorizar a constituição, fusão, incorporação, cisão e extinção de sociedade coligada ou controlada;
  - u) Autorizar a celebração de acordos, atos ou contratos entre a companhia e seus acionistas e pessoas ligadas;
  - v) Autorizar a companhia a participar em outras sociedades, bem como alienar ou prometer alienar participações societárias;
  - w) Autorizar operações envolvendo alienação, oneração, licenças ou uso de marcas, patentes e tecnologia;
  - x) Autorizar a alienação de bens de ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, bem como atos e contratos, sempre que o valor, em quaisquer dos atos enumerados nesta alínea, exceda os limites eventualmente fixados pelo próprio Conselho na reunião que anualmente eleger a Diretoria;
  - y) Deliberar sobre os casos omissos bem como sobre quaisquer outras matérias previstas neste Estatuto.
- § Único - É também da competência do Conselho de Administração fixar a orientação da companhia nas sociedades de que participar e estabelecer o conteúdo do voto a ser exercido pela companhia, ou por pessoas por esta indicadas, quanto a eleição e destituição de administradores, a alteração de estatutos ou contratos

<p>sociais das ditas sociedades, bem como as matérias listadas no caput deste Artigo, nas alíneas “l”, “o”, “p”, “s”, “t”, “u”, “v”, “w” e “x”, ainda no tocante as mesmas sociedades.</p>	
<p>Artigo 23 - A Diretoria será composta de 2 (dois) Diretores, no mínimo, e de 9 (nove) no máximo, sendo um Diretor Presidente e os demais com a designação de Diretor, todos residentes no país, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de um ano, podendo ser reeleitos.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 24 - Compete aos Diretores, na forma prevista neste Estatuto, a representação da Companhia, ativa ou passivamente, em Juízo ou fora dele, bem como a gestão dos negócios sociais em geral e a prática de todos os atos de administração e de disposição, necessários ou convenientes ao cumprimento do objeto social, inclusive celebrar atos e contratos de qualquer natureza ou finalidade, mesmo para aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo permanente, constituir ônus reais e prestar garantias e obrigações a terceiros, observados os preceitos e limites do Artigo 22 deste Estatuto.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 25 - Além das atribuições conferidas por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração, compete:  I - Ao Diretor Presidente:  a) Convocar e presidir as reuniões de Diretoria;  b) Submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras previstas em lei e balancetes, bem como toda e qualquer matéria que depender de sua apreciação ou deliberação;  II - Aos diretores sem designação, a prática dos atos e a gestão das áreas fixadas pelo Conselho de Administração ou constantes do Regimento Interno, quando aprovado.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 26 - Com as exceções previstas neste Estatuto, qualquer ato ou contrato que implique em responsabilidade ou obrigação por parte da companhia perante terceiros ou a exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados:  a) por 02 (dois) Diretores;  b) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador.  § Primeiro - A companhia poderá ser representada por 01 (um) Diretor:  a) Perante repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias, empresas públicas ou mistas;  b) Quando se tratar de receber ou dar quitações de importâncias ou valores devidos à companhia;  c) Firmar correspondência e atos de simples rotina;  d) Endossar títulos para efeitos de cobrança ou depósito em nome da companhia;  e) Para prestar depoimento em juízo, por intermédio do Diretor Presidente ou outro Diretor designado pelo Conselho de Administração para tal fim, sempre que a Companhia for regularmente citada, sem poder confessar;  § Segundo - O disposto neste artigo não impede a representação da Companhia por um ou mais procuradores.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 27 - As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por 02 (dois) Diretores, especificando os poderes conferidos e os limites de competência, devendo ter prazo determinado de validade, exceto para fins judiciais.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 28 - A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário,</p>	<p align="center">INALTERADO</p>

<p>em virtude de convocação do Diretor Presidente ou seu substituto, ou, na ausência destes, de dois Diretores. As reuniões serão presididas pelo Diretor que for escolhido na ocasião.</p> <p>§ Primeiro - Para que se possam instalar as reuniões da Diretoria e nelas validamente deliberar, é necessária a presença, em primeira convocação, da maioria de seus membros em exercício, ou em segunda convocação, de qualquer número de membros, após expedida nova convocação.</p> <p>§ Segundo - As deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas em livro próprio e serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente da reunião o voto de desempate.</p>	
<p>Artigo 29 - O Diretor Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Diretor que para tanto for indicado pelo Diretor Presidente, ou na falta de indicação deste, pelo que for indicado pelo Conselho de Administração, nos 15 (quinze) dias que se seguirem a vacância, elegerá o substituto que exercerá o cargo pelo tempo remanescente do substituído.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 30 - Os demais Diretores terão substitutos temporários, indicados pelo Conselho de Administração, nos casos de impedimentos, e eleitos pelo mesmo, em caso de vaga. Nesta hipótese, o Diretor eleito exercerá suas funções até o final do mandato da Diretoria em exercício, ou até que seja substituída por deliberação do Conselho de Administração.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 31 - É expressamente vedada a Diretoria a prática, em nome da companhia, de qualquer ato relativo a negócios ou operações estranhos ao objeto social, salvo se de interesse de sociedade coligada ou de mesmo controle da companhia.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 32 - A Companhia terá um Conselho Fiscal que só funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas que representam, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto ou cinco por cento das ações sem direito a voto, na forma da lei.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 33 - O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, que lhes fixará a remuneração, obedecido o mínimo legal.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 34 - Os membros do Conselho Fiscal, pessoas físicas acionistas ou não, residentes no país, que atendam os requisitos e impedimentos previstos na lei, terão a competência nela disciplinada.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 35 - O exercício social termina no dia 31 de dezembro de cada ano.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 36 - Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas então vigentes. A companhia poderá levantar também balanço semestral ou trimestral.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 37 - Do resultado do exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, e da provisão para pagamento do imposto de renda, será retirada parcela destinada a participação dos administradores no lucro, observados os limites definidos em lei, e cujo pagamento ficará condicionado a efetiva atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório estipulado neste artigo.</p> <p>§ Primeiro - O lucro líquido terá a seguinte destinação: 5%</p>	<p align="center">INALTERADO</p>

<p>(cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do Capital Social; do saldo remanescente, ajustado consoante o disposto no Artigo 202 da Lei 6404/76, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos acionistas como dividendo obrigatório e o saldo, se for o caso, que não for apropriado a Reserva de que trata o parágrafo 2º infra, ou retido na forma previsto em orçamento de capital aprovado pela Assembléia Geral, será destinado como dividendo suplementar aos acionistas.</p> <p>§ Segundo - A Reserva de Investimento e Capital de Giro terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. Será formada com a parcela de 10% do saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório. Terá como limite máximo importe que não poderá exceder, em conjunto com a Reserva Legal, o valor do Capital Social.</p> <p>§ Terceiro - A Assembléia Geral, quando entender suficiente o valor da dita Reserva Estatutária, poderá destinar o excesso para distribuir aos acionistas.</p>	
<p>Artigo 38 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos a conta do lucro apurado no balanço patrimonial semestral, bem como em decorrência de balanços em períodos menores, atendido no último caso, o limite do Artigo 204, parágrafo 1º, da Lei 6404/76, ou ainda, declarar dividendos intermediários a conta de lucros acumulados ou reservas, obedecidos os limites legais.</p> <p>§ Único - Quando declarados dividendos intermediários, em percentual não inferior ao obrigatório, o Conselho de Administração poderá autorizar, "ad referendum" da Assembléia, participação proporcional aos administradores.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 39 - Prescreve em 03 (três) anos a ação para haver dividendos, contados da data em que tenham sido postos a disposição dos acionistas.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 40 - A sociedade se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, pelo modo que for estabelecido pela Assembléia Geral, a qual designará os liquidantes que devam funcionar durante o período de liquidação.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>
<p>Artigo 41 - A companhia poderá transformar seu tipo jurídico mediante deliberação da maioria absoluta de votos.</p>	<p align="center">INALTERADO</p>